



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

ASSOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

DA ALTA DE LISBOA

Da Agricultura Urbana à Coesão Social

Estudo de Caso – Parque Agrícola da Alta de Lisboa

Helena Lorina Figueiredo Vieira

Orientação:

Prof.^a Doutora Aurora da Conceição Parreira Carapinha

Prof. Doutor Jorge Manuel Frazão Cancela

Prof.^a Maria Margarida Coruche Cancela d'Abreu

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

ASSOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

DA ALTA DE LISBOA

Da Agricultura Urbana à Coesão Social

Estudo de Caso – Parque Agrícola da Alta de Lisboa

Helena Lorina Figueiredo Vieira

Orientação:

Prof.^a Doutora Aurora da Conceição Parreira Carapinha

Prof. Doutor Jorge Manuel Frazão Cancela

Prof.^a Maria Margarida Coruche Cancela d'Abreu

Mestrado em Arquitetura Paisagista

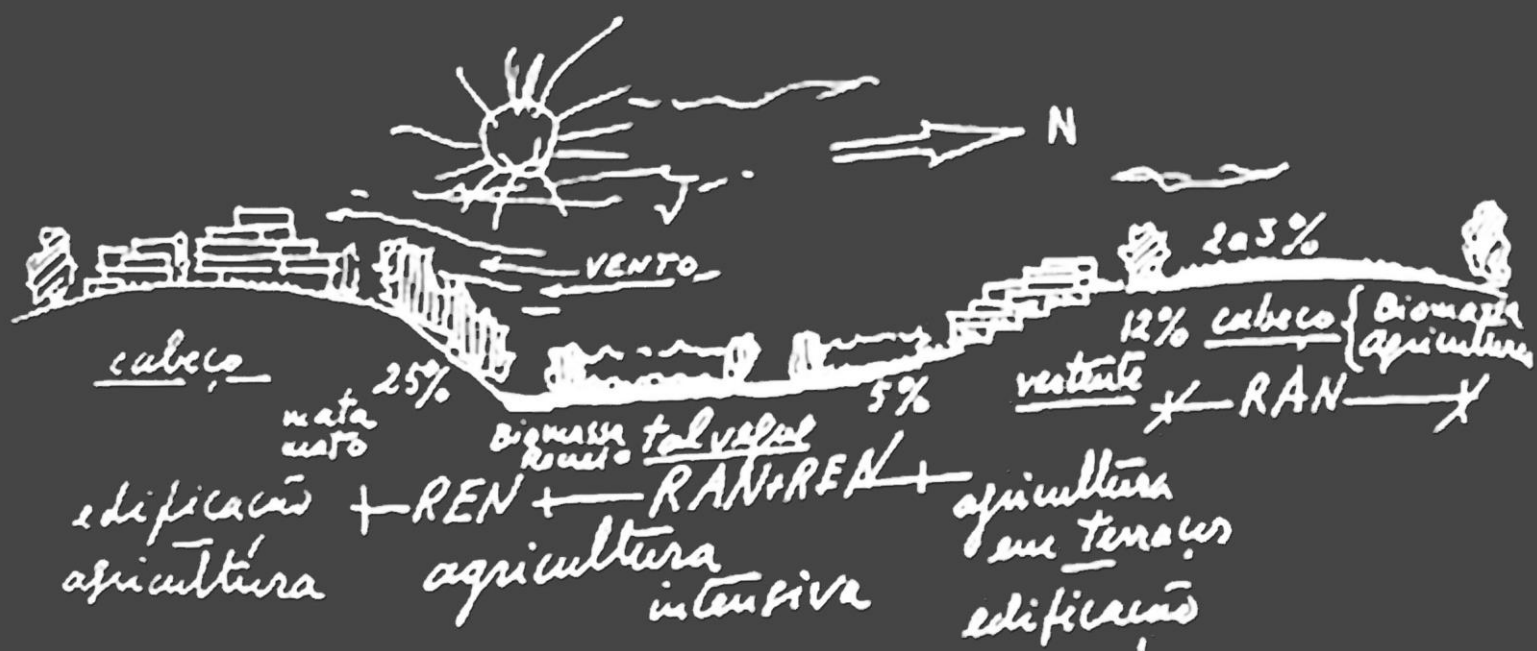
Relatório de Estágio

Évora, 2017

À minha irmã

A Nova Darsajem - A cidade-república

Ordenamento



" O USO SÁBIO DA NATUREZA SERÁ, NO MUNDO MODERNO,
BASE INDISPENSÁVEL DO PROGRESSO DE UMA SOCIEDADE "

GONÇALO RIBEIRO TELLES

AGRADECIMENTOS

Neste momento marcante, em que finalizo uma das etapas mais importantes do meu percurso académico, não podia deixar de agradecer a todos aqueles que me entusiasmaram e inspiraram e aos que nos momentos de dúvida e insegurança se fizeram presentes. A todos eles, o meu profundo obrigada.

À minha orientadora e professora Aurora Carapinha por ser uma inspiração para todos os que entram em Arquitetura Paisagista, pela paixão com que ensina, pela disponibilidade e paciência constantes e por sabiamente me ter orientado ao longo deste percurso.

À Professora Rute Matos por todos os ensinamentos dados, dentro e fora do contexto académico e por ser um exemplo de profissionalismo e dedicação.

Ao Arquiteto Paisagista Jorge Cancela por me ter confiado o projeto de uma vida.

À professora Margarida Cancela de Abreu, por todas as nossas conversas e orientações, e por ser para mim uma referência na defesa dos direitos da classe.

À direção da AVAAL, em especial ao seu presidente Lourenço Roque, por todo apoio dado ao longo deste estágio.

A todos os que se cruzaram comigo nesta experiência e que recordo com muita amizade, em especial à Filipa e à Inês, pela paciência de me inteirarem nas dinâmicas sociais da Alta de Lisboa. Ao Fábio pelo seu companheirismo. À Cristina pelo seu apoio e disponibilidade em rever este trabalho. À Bárbara por ser uma referência de dedicação e trabalho, e por me relembrar a importância de fechar este ciclo. À Nicole por ter sido, dentro e fora do contexto de trabalho, um pilar essencial ao longo deste percurso.

A todos os que se cruzaram comigo, ao longo desta jornada universitária, em especial à Vânia pelos ensinamentos, pelas alegrias e tristezas partilhadas e pela sua amizade. À Paula por me deixar fazer parte, de muitos dos melhores momentos do meu percurso académico. À Adneusa, à Inês, à Soraia, à Nogueira, à Barreiras e tantos outros que não conseguirei nomear mas que sabem que são especiais.

Às minhas *felines*, que mesmo estando ausente nunca deixaram de me apoiar e encorajar durante todo este percurso.

À Sarinha pela sua amizade desde sempre e pelo seu apoio nesta fase tão importante para mim.

Por último à minha família, em especial aos meus pais e irmãos, por me apoiarem sempre nas minhas escolhas, pelos sacrifícios que fizeram para tornarem este momento possível e por acreditarem em mim.

RESUMO

O presente relatório resulta do estágio curricular realizado na *Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa*, de Abril de 2015 a Fevereiro 2016. Para além de apresentar as diferentes atividades desenvolvidas é também uma reflexão crítica sobre o trabalho realizado em contexto profissional, sobre os grandes desafios das ONG's de Ambiente e sobre o papel do Arquiteto Paisagista enquanto potenciador de coesão social.

ABSTRACT

From Urban Agriculture to Social Cohesion

Case Study - Agricultural Park of Alta de Lisboa

This report results from the internship at *Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa*, since April 2015 to February 2016. In addition to presenting the different activities developed is also a critical reflection about the work realized in a professional context, about the big challenges of the Environmental NGO and the role of the Landscape Architect as enhancer of social cohesion.

ACRÓNIMOS

ARAL – Associação de Residentes do Alto do Lumiar;

AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal;

AVAAL – Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa;

BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária;

CLIP RD – Clip Recursos e Desenvolvimento;

CML – Câmara Municipal de Lisboa;

EEM – Estrutura Ecológica Municipal;

GCAL – Grupo Comunitário da Alta de Lisboa;

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional;

ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária;

ONGA – Organização Não-Governamental de Ambiente;

PAAL – Parque Agrícola da Alta de Lisboa;

PER – Programa Especial de Realojamento;

PUAL – Plano de Urbanização da Alta de Lisboa;

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

SGAL – Sociedade Gestora da Alta de Lisboa.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	IX
RESUMO	XI
ABSTRACT	XIII
ACRÓNIMOS	XV
ÍNDICE	XVII
ÍNDICE DE FIGURAS	XIX
INTRODUÇÃO.....	3
I – CONTEXTO INSTITUCIONAL	
1. Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa	7
1.1 Enquadramento	7
1.2 Projetos Desenvolvidos – 2009-2015.....	9
1.2.1 Projeto: <i>Dou Vida ao Bairro</i>	10
1.2.2 Projeto: <i>Altas Hortas</i>	13
1.2.3 Projeto: <i>Horta Acessível</i>	17
1.2.4 Projeto: <i>Augusta</i>	18
1.2.5 Projeto: <i>REFAZ-TE – Oficina de Reciclagem</i>	20
1.2.6 Projeto: <i>Urban Market da Alta de Lisboa</i>	21
II – EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
1. Enquadramento	25
2. Parque Agrícola da Alta de Lisboa	28
2.1 Enquadramento	28
2.2 Execução de Obra	35
2.3 Paisagem Sociológica.....	39
2.4 Funcionamento	39
2.4.1 Funcionamento Corrente.....	40
2.4.2 Visitas	42
2.4.3 Ações de Voluntariado	44
3. Candidaturas BIP/ZIP	48
3.1 Enquadramento	48
3.2 Candidaturas Elaboradas	51
3.2.1 Projeto <i>JardinARTE</i>	51
3.2.2 Projeto <i>Horta d’ Augusta</i>	52
3.2.3 Projeto <i>Meu Bairro, Minha Horta</i>	53

4. Urban Market da Alta de Lisboa	55
5. Serviço de Apoio Técnico.....	57
6. Associativismo Local	59
6.1 Enquadramento	59
6.2 Grupo Comunitário da Alta de Lisboa	60
6.3 CLIP Recursos e Desenvolvimento.....	62
7. Gestão Corrente Associativa.....	65
III – “DO QUE SE SEMEIOU AO QUE SE COLHEU...”	
1. Enquadramento Histórico Social Urbano.....	75
2. A Instituição	80
2.1 Enquadramento	80
2.2 Reflexão Crítica	81
2.2.1 Pontos Fortes	82
2.2.2 Pontos Fracos	82
3. O Projeto.....	85
3.1 Enquadramento	85
3.2 Reflexão Crítica	86
3.2.1 Pontos Fortes	86
3.2.2 Pontos Fracos	92
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXOS.....	103

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Formação em Hortas Portáteis e Plantas Aromáticas Fonte: Arquivo AVAAL .	Pág.12
Figura 2 – Venda de Manjericos Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.12
Figura 3 – Atividade nas Hortas Escolares Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.12
Figura 4 – Visita às Hortas de Cascais Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.12
Figura 5 – Limpeza de caldeiras de árvores Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.13
Figura 6 – Conferência de Majora Carter Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.13
Figura 7 – Esquema da estrutura do projeto <i>Altas Hortas</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.13
Figura 8 – Hortas Escolares – EB 2/3 Alto do Lumiar Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.14
Figura 9 – Hortas Escolares – EB 2/3 Alto do Lumiar Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.14
Figura 10 – Projeto <i>Augusta</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.15
Figura 11 – Projeto <i>Hortas a Dois</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.15
Figura 12 – Projeto <i>Ateliers de Hortas Portáteis</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.15
Figura 13 – Projeto <i>Flores a Dois</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.15
Figura 14 – Esquema do <i>Parque Agrícola da Alta de Lisboa</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.16
Figura 15 – Reunião de parceiros da <i>Horta Acessível</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.17
Figura 16 – Inauguração da <i>Horta Acessível</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.17
Figura 17 – Modelo 3D da <i>Horta Acessível</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.18
Figura 18 – Projeto <i>Augusta</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.19
Figura 19 – Projeto <i>Augusta</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.19
Figura 20 – Projeto <i>Augusta</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.19
Figura 21 – Projeto <i>Augusta</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.19
Figura 22 – REFAZ-TE – <i>Oficina de Reciclagem</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.20
Figura 23 – REFAZ-TE – <i>Oficina de Reciclagem</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.20
Figura 24 – <i>Urban Market da Alta de Lisboa</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.22
Figura 25 – <i>Urban Market da Alta de Lisboa</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.22
Figura 26 – <i>Ao alto, as guaritas do Forte Militar, ao centro a Qta. de São Gonçalo, à direita a Qta. dos Cantos</i> Fonte: ESPIRITO SANTO, 1997:223.	Pág.26
Figura 27 – <i>Parque Hortícola da Qta. da Granja</i> - Lisboa, Créditos: Fausto Castelhana 2011 Fonte: Retalhos de Bem-Fica.....	Pág.28
Figura 28 – <i>Parque Hortícola da Qta. da Granja</i> - Lisboa Fonte: Câmara Municipal de Lisboa.....	Pág.28
Figura 29 – Planta de Localização <i>PAAL</i> Fonte: <i>Google Maps</i> Edição: Autor	Pág.31
Figura 30 – <i>Extrato da Carta de Estrutura Ecológica Municipal – Cidade de Lisboa</i> Fonte: PDM Câmara Municipal de Lisboa Edição: Autor	Pág.32
Figura 31 – Planta de Zonamentos – <i>Parque Agrícola da Alta de Lisboa</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.34
Figura 32 – <i>Assembleia Geral de Entrega dos Talhões</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.37
Figura 33 – <i>Assembleia Geral de Entrega dos Talhões</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.37
Figura 34 – Inauguração Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.38
Figura 35 – Inauguração Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.38
Figura 36 – Inauguração Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.38
Figura 37 – Visita de Estudo – Alunos da Licenciatura em Arquitetura Paisagista Fonte: Curso de Arquitetura Paisagista da Universidade de Évora	Pág.43

Figura 38 – Visita Associação <i>Pensar Verde</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.43
Figura 39 – Visita Associação <i>Pensar Verde</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.43
Figura 40 – Atividade de Plantação de Morangueiros Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.45
Figura 41 – Atividade de Limpeza de Canteiros Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.45
Figura 42 – Atividade de Plantação de Flores Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.45
Figura 43 – Atividade de Plantação de Arbustos Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.45
Figura 44 – <i>Check In</i> dos Participantes Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.46
Figura 45 – Organização das Equipas Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.46
Figura 46 – Ação de Pintura da Horta Acessível Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.47
Figura 47 – Ação de Pintura da Horta Acessível Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.47
Figura 48 – Ação de Limpeza Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.47
Figura 49 – Pintura de Proteção dos Abrigos Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.47
Figura 50 – Grupo de Voluntários Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.47
Figura 51 – Banca de Venda AVAAL Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.56
Figura 52 – Banca de Venda AVAAL Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.56
Figura 53 – Abate de Palmeira Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.58
Figura 54 – Manutenção de Canteiros Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.58
Figura 55 – Reunião Fórum GCAL Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.62
Figura 56 – Reunião Fórum GCAL Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.62
Figura 57 – <i>VI Encontro de Associações de Base Local</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.64
Figura 58 – Quermesse de Angariação de Fundos Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.64
Figura 59 – Apoio na Elaboração de Candidaturas Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.64
Figura 60 – <i>"Como Mobilizar Empresas para Projectos Sociais"</i> Fonte: Arquivo Clip RD .	Pág.64
Figura 61 – Site AVAAL – www.avaal.org Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.66
Figura 62 – Folheto AVAAL Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.67
Figura 63 – <i>"Palestra Sustent'habilidade"</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.68
Figura 64 – <i>"Palestra Sustent'habilidade"</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.68
Figura 65 – <i>"Palestra Sustent'habilidade"</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.69
Figura 66 – <i>"Palestra Sustent'habilidade"</i> Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.69
Figura 67 – 6º Aniversário AVAAL Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.70
Figura 68 – 6º Aniversário AVAAL Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.70
Figura 69 – 6º Aniversário AVAAL Fonte: Arquivo AVAAL.....	Pág.70
Figura 70 – <i>Mercado das Tradições</i> Fonte: Arquivo AVAAL	Pág.71
Figura 71 – Planta de Localização dos Antigos Bairros da Alta de Lisboa Fonte: ANTUNES,2015	Pág.78

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende apresentar o trabalho desenvolvido – durante 11 meses de estágio, de Abril de 2015 a Fevereiro de 2016 – na *Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa* (AVAAL), uma Organização-Não Governamental de Ambiente (ONGA) fundada em 2009, com o intuito de criar um espaço dedicado à agricultura urbana, que promovesse a aproximação e coesão da população local. Esta iniciativa teve como mentores um grupo de cidadãos pertencentes à comunidade residente na Alta de Lisboa.

Através do convite do presidente da associação, o arquiteto paisagista Jorge Cancela, foi-me dada a possibilidade de acompanhar a etapa final da construção, bem como dos primeiros passos do *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* de génese comunitária.

Tendo um gosto especial por desafios, este convite fez-me sair da minha zona de conforto obrigando-me a procurar, enquanto estudante de Arquitetura Paisagista, a melhor forma de gerir e promover um projeto social, para o qual reconhecia não ter todas as competências necessárias.

Contudo esta experiência veio a revelar-se fundamental para o amadurecimento e consolidação de conhecimentos, bem como para uma evolução e crescimento pessoais no que se refere à relação com os outros e com o espaço que estes ocupam.

Ao tomar este desafio como a possibilidade de demonstrar o desenvolvimento da *Estrutura Ecológica Municipal*, através de um projeto de agricultura urbana de base comunitária, pude abordar questões do ordenamento do território, uma das minhas áreas preferenciais no âmbito da arquitetura paisagista.

O relatório organiza-se em duas partes:

- A primeira mais descritiva que de forma a melhor sistematizar todas as informações e atividades desenvolvidas está estruturada em três partes:
 - uma primeira introdução, onde se faz uma breve descrição do trabalho apresentado bem como dos objetivos iniciais deste estágio;
 - seguidamente contextualiza-se a instituição bem como os projetos desenvolvidos pela associação, anteriores a este estágio;
 - por último descreve-se a experiência de estágio através das atividades desenvolvidas.

INTRODUÇÃO

– A segunda parte intitulada “ *Do que se semeou ao que se colheu...*” é um ensaio que reflete sobre a ideia que esteve na fundação da associação bem como do parque e o que efetivamente se concretizou. Assim elaborou-se uma reflexão, a qual se pretende de forma crítica e esperamos assertiva, sobre a experiência percebida ao longo do estágio; o potencial deste tipo de associações e de projetos no contexto onde está inserida; os pontos fortes e fracos destas estruturas e o papel do arquiteto paisagista quando integrado nestas associações.

Por último este relatório termina com uma conclusão na qual se faz um balanço sobre as competências adquiridas com esta experiência, as quais se confrontam com a formação adquirida ao longo do ciclo de estudos em arquitetura paisagista.

I – CONTEXTO INSTITUCIONAL

1. Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa

As hortas quando nascem são para todos.

Somos parte da comunidade e queremos dar vida às ideias que partilhamos.

Jorge Cancela

Iniciamos este relatório com a contextualização da instituição de acolhimento deste estágio, procurando esclarecer a sua génese e importância local. Em seguida abordaremos os projetos anteriormente desenvolvidos a este período de estágio, uma vez que consideramos que é através destes que melhor se espelha a identidade da associação.

1.1 Enquadramento

O associativismo tem tomado, nos últimos anos, especial relevância enquanto instrumento fundamental de participação organizada, consciente e voluntária da sociedade civil que partilhando de ideais e objetivos comuns, exerce através deste o seu direito de cidadania na luta pelos mesmos. É a representação das populações através de grupos locais, coletividades e associações, que têm como missão promover a participação ativa e interventiva, desde a sociedade ao bairro, na procura de soluções às problemáticas de determinada comunidade.

Neste sentido, a *Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa* (AVAAL) surge da necessidade de dar corpo jurídico a um grupo de cidadãos da Alta de Lisboa que tinham um objetivo comum: a criação de um espaço agrícola comunitário na Alta de Lisboa.

A AVAAL é oficialmente registada como associação a 25 de Setembro de 2009, sendo mais tarde reconhecida como *Organização Não-Governamental de Ambiente* (ONGA) pela *Agência Portuguesa de Ambiente* (APA).

A Associação insere-se no chamado *associativismo ambiental*¹ e rege-se pelos seus Estatutos². Tem como missão a:

- *Conservação da natureza, defesa e valorização ambiental e do património construído;*
- *Criação, gestão e manutenção de espaços e infra-estruturas verdes urbanas;*
- *Formação ambiental, desenvolvimento local e mercado social de emprego;*
- *Ecologia cívica, participação pública e educação ambiental.*

Tem assim como principal missão envolver a população da Alta de Lisboa na implementação de ações que promovam a prática da *Ecologia Cívica*³, respondendo a desafios sociais através da valorização ambiental do espaço público aberto.

Esta missão está bem espelhada nas palavras de Jorge Cancela:

“ As ações, objetivos e metas traçadas pela AVAAL, enquanto associação de cidadãos, assentam em comportamentos altruístas pelo exercício de cidadania. A associação assume que não é possível apenas exigir do Estado, nas formas de Governo ou Autarquia, tudo o que depende directamente de quem mais usufrui e vive este espaço, seja na sua dimensão social ou ambiental ” (CANCELA, 2014:132).

Integrada num território – onde o poder associativo local tem tido um papel fundamental no desenvolvimento social, económico e cultural, na salvaguarda dos interesses da comunidade – a AVAAL trouxe, pela primeira vez, a debate as questões de salvaguarda ambiental, mostrando de que forma o espaço que nos rodeia influencia os comportamentos dos indivíduos e da comunidade.

¹ O qual se encontra reconhecido, há cerca de três décadas, pela Lei n.º 35/98, de 18 de julho que define e estabelece o estatuto das Organizações Não Governamentais de Ambiente.

² Artigo 2º dos Estatutos - Anexo I.

³ Definida como “o desenvolvimento societário através de ações de valorização ambiental em comunidades locais” (CANCELA, 2011).

É através de uma visão plural, global e integradora do território da Alta de Lisboa, que a Associação tem trabalhado ao longo dos anos. A AVAAL está inserida num coletivo de parceiros que tendo âmbitos de intervenção distintos trabalham em rede, cooperando para a melhoria da qualidade de vida da comunidade⁴.

A AVAAL tem vindo a consolidar o seu papel a nível local, fruto do trabalho desenvolvido no território da Alta de Lisboa, reflexo disso é o gradual aumento de associados que vêm integrando a associação passando de 355 a 417 sócios desde o início até à data de conclusão deste estágio.

1.2 Projetos Desenvolvidos – 2009-2015

Desde a sua constituição, a AVAAL pautou o seu percurso no desenvolvimento de ações e projetos de carácter ambiental e social, numa lógica de envolvimento da população local na melhoria da qualidade de vida no bairro onde está inserida.

Goldsmith e Blakely ilustram a pertinência deste tipo de associações locais, na defesa das comunidades onde se inserem, quando referem que:

⁴ **Associação de Residentes do Alto do Lumiar** – Associação sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento local através do trabalho que dinamiza junto dos residentes da Alta de Lisboa nas áreas da educação, do desporto, da cultura, das artes e da empregabilidade;

Câmara Municipal de Lisboa;

Clip Recursos e Desenvolvimento – Associação sem fins lucrativos constituída atualmente por 82 entidades públicas, privadas e indivíduos da sociedade civil. Tem como missão capacitar e fortalecer, de forma participada, a intervenção de pessoas em nome individual e/ou coletivo, na promoção do desenvolvimento local.

Fundação Aga Khan – Presente em Portugal desde 1983, dedica o seu trabalho, de carácter inovador, na pesquisa e intervenção direta nas áreas de educação infantil, exclusão social e pobreza urbana em zonas particularmente desfavorecidas. Representada no território da Alta de Lisboa através do *Programa de Desenvolvimento Comunitário K'Cidade*;

Fundação Calouste Gulbenkian;

Fundação EDP;

Fundação Montepio;

Gebalis – Entidade de Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa;

Grupo Comunitário da Alta de Lisboa – Grupo constituído por diferentes organizações – IPSS, ONG's, Associações, Empresas e Entidades Públicas – que desenvolvem diversas atividades – Saúde, Educação, Emprego, Segurança, Ambiente, Juventude, Desporto – no território da Alta de Lisboa.

“ (...) *local institutions should be particularly important in the fight to reduce persistent poverty because they offer the potential to provide continuing consisting intervention into the life circumstances that surround the poor in the places where they live* ” (ANTUNES, 2015:138).

De forma a concretizar o seu desígnio, a AVAAL fundou-se a partir da ideia da criação de um parque agrícola urbano, desenvolvendo um conjunto de outros projetos para atingir esse objetivo, dos quais destacamos:

- hortas escolares;
- projetos intergeracionais;
- projetos de manutenção de espaços verdes.

Estes projetos não só solidificaram a sua posição local, como levaram à conquista de especial relevância territorial, no que se refere às questões de ambiente e de responsabilidade cívica.

Considerámos assim pertinente apresentar alguns dos projetos, anteriormente desenvolvidos à data deste estágio, uma vez que ajudam a melhor entender o papel desta associação no contexto onde se insere.

1.2.1 Projeto: *Dou Vida ao Bairro*

Programa: Acordos de Cooperação e Parceria | Gebalis – 2010

Envolvendo os moradores da Alta de Lisboa, o projeto *Dou Vida ao Bairro* permitiu iniciar ações de valorização ambiental, de qualificação de espaços verdes comuns e áreas urbanas do bairro, promovendo o sentido de responsabilidade e de pertença ao espaço público.

Os principais objetivos deste projeto foram:

- O fomento do sentido de pertença ao bairro, com vista ao aumento da coesão social;
- O desenvolvimento de competências técnicas e sociais dos intervenientes, recuperando saberes ancestrais, aplicando-os na valorização ambiental do bairro;

- O envolvimento da comunidade local na dinamização de ações ambientais que contribuíram para a valorização e manutenção dos espaços públicos urbanos adjacentes às suas residências, numa ótica de construção conjunta de um bem-comum em prol de toda a comunidade;
- A produção e divulgação, para e com a comunidade, de documentos técnicos acessíveis no âmbito das ações desenvolvidas no projeto.

Contribuindo para a concretização efetiva destes objetivos foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Formação teórica e prática com moradores para a valorização ambiental da Alta de Lisboa, a partir de:
 - Formação em Hortas Portáteis e Plantas Aromáticas (Fig.1);
 - Produção de Manjericos por altura dos Santos Populares (Fig.2);
 - Desenvolvimento de Hortas Escolares (Fig.3);
 - Visita de estudo às Hortas de Cascais (Fig.4);
- Limpeza das caldeiras de árvores com a colaboração da entidade gestora dos espaços verdes da Alta de Lisboa (Fig.5);
- Produção de materiais de divulgação referentes a conteúdos técnicos das diferentes ações desenvolvidas no projeto, como o levantamento de árvores em caldeira na Alta de Lisboa, o relatório final do projeto e ainda o vídeo da conferência de Majora Carter (Fig.6).

Desde um primeiro momento – da planificação até à dinamização das ações – todos os intervenientes tiveram um papel ativo, de forma a ocorrer uma constante partilha de conhecimentos.



Fig.1 – Formação em Hortas Portáteis e Plantas Aromáticas | Fonte: Arquivo



Fig.2 – Venda de Manjericos | Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.3 – Atividade nas Hortas Escolares | Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.4 – Visita às Hortas de Cascais | Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.5 – Limpeza das caldeiras de árvores
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.6 – Conferência de Majora Carter
| Fonte: Arquivo AVAAL

1.2.2 Projeto: *Altas Hortas*

Programa: Entre Gerações | Fundação Calouste Gulbenkian – 2011

O *Altas Hortas* foi um dos sete projetos escolhidos do Programa *Entre Gerações*, edição de 2011, promovido e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, cujo objetivo visou apoiar projetos-piloto que promovessem a intergeracionalidade.

A operacionalização dessa ideia fez-se através da promoção da agricultura urbana (Fig.7) enquanto atividade agregadora de gerações, numa ótica intergeracional e intercultural, como forma de combate à solidão e ao isolamento sénior.

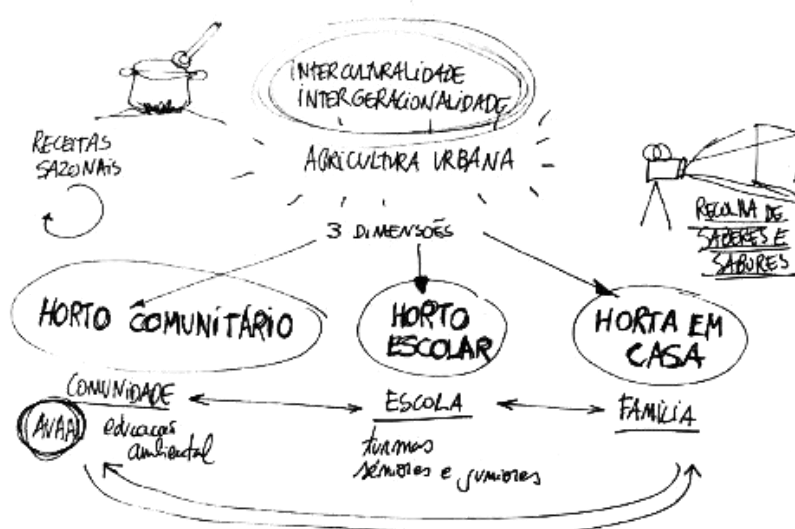


Fig.7 – Esquema da estrutura do projeto *Altas Hortas* | Fonte: Arquivo AVAAL

Assim foram propostas três áreas de intervenção:

– *Hortas Escolares*: implementadas em dois Agrupamentos de Escolas da Alta de Lisboa, onde os trabalhos eram desenvolvidos por crianças e idosos numa partilha enriquecedora de conhecimentos (Fig.8 e 9);



Fig.8 – Hortas Escolares – EB 2/3 Alto do Lumiar | Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.9 – Hortas Escolares – EB 2/3 Alto do Lumiar | Fonte: Arquivo AVAAL

– *Hortas em Casa*: uma horta portátil, construída por idosos e crianças, onde se produziam espécies hortícolas e aromáticas, sendo a responsabilidade da sua manutenção feita de forma partilhada.

A partir deste projeto derivaram outros sub-projetos que foram desenvolvidos simultaneamente, tais como:

- Projeto *Augusta* (Fig.10);
- Projeto *Hortas a Dois* (Fig.11);
- Projeto *Passeios com Histórias Verdes*;
- Projeto *Ateliers de Hortas Portáteis* (Fig.12);
- Projeto *Flores a Dois* (Fig.13).



Fig.10 – Projeto Augusta

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.11 – Projeto Hortas a Dois

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.12 – Projeto Ateliers de Hortas Portáteis

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.13 – Projeto Flores a Dois

| Fonte: Arquivo AVAAL

– *Horta Comunitária*: criação de um parque agrícola comunitário, estruturado com vista à integração social e à diversidade de práticas culturais, numa lógica de partilha de conhecimentos e distribuição de excedentes de produção, procurando-se desta forma promover a inclusão social (Fig.14).

A construção deste parque agrícola só se veio a concretizar posteriormente, tal como veremos mais à frente⁵.

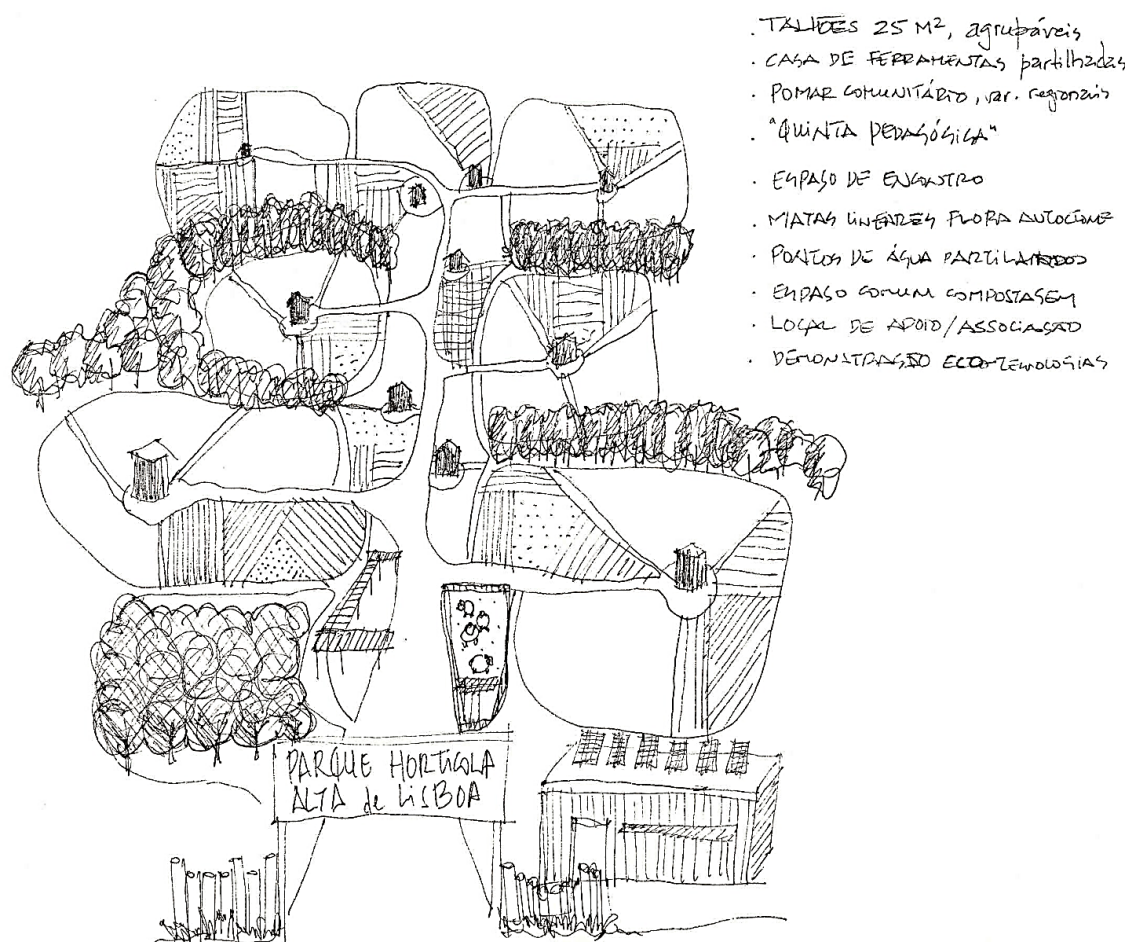


Fig.14 – Esquema do Parque Agrícola da Alta de Lisboa | Fonte: Arquivo AVAAL

⁵ Vidé infra p. 28.

1.2.3 Programa: *Horta Acessível*

Programa: EDP Solidária | Fundação EDP – 2011

O projeto *Horta Acessível* foi uma das dez candidaturas vencedoras do Programa *EDP Solidária* de 2011, promovido pela Fundação EDP. Contou ainda com apoios de entidades parceiras: como a *Zagope*, *Fundação Calouste Gulbenkian*, *Biodesign*, *Câmara Municipal de Lisboa*, entre outros.

Este projeto, pioneiro em Portugal, abriu a possibilidade que pessoas com incapacidades físicas e psíquicas⁶ pudessem praticar agricultura urbana, de forma autónoma. É um espaço de horta desenhado de acordo com os princípios e regras legais de mobilidade reduzida, dando assim resposta a uma carência real destes espaços na cidade.

A participação de instituições representantes deste público-alvo foi fundamental para que o desenho da horta acessível respondesse de forma eficiente às necessidades dos seus utilizadores (Fig.15). O projeto contou com a colaboração da:

- *Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA)*;
- *Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)*;
- *Associação Grupo Esperança e Direito Iguais (AGEDI)*;
- *Associação Salvador*.

A Horta Acessível foi inaugurada a 24 de Maio de 2012 e é parte integrante do *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*.



Fig.15 – Reunião de parceiros da *Horta Acessível*

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.16 – Inauguração da *Horta Acessível*

| Fonte: Arquivo AVAAL

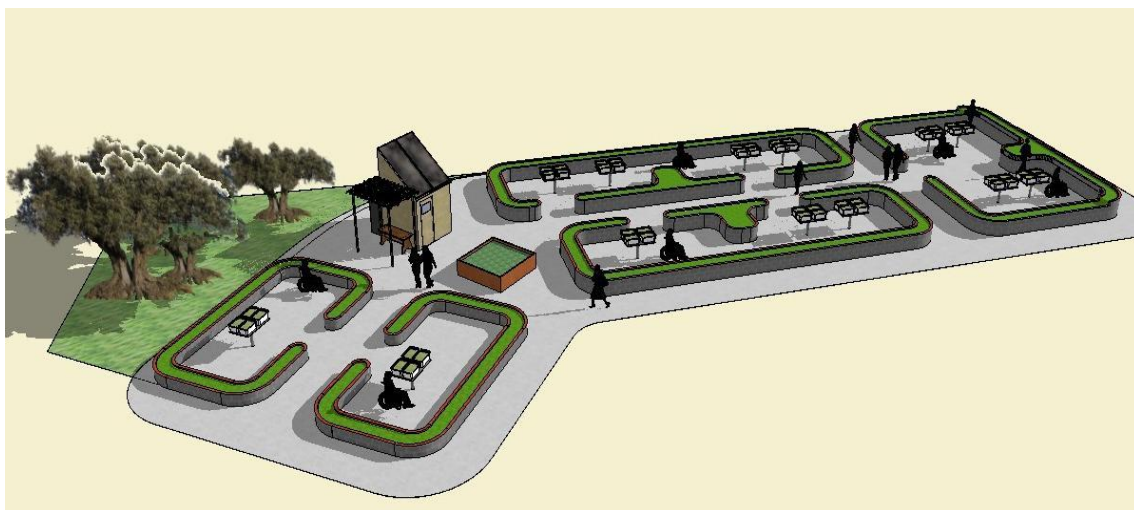


Fig.17 – Modelo 3D da *Horta Acessível* | Fonte: Arquivo AVAAL

1.2.4 Projeto: *Augusta*

Programa: Apelos Cidadão 21 | Câmara Municipal de Lisboa – 2012

As escolas públicas da Alta de Lisboa deparam-se com inúmeros desafios no que concerne ao insucesso escolar e às questões de disciplina e comportamento dos alunos. Verificou-se assim, a necessidade de desenvolver projetos alternativos à oferta curricular, que valorizassem a participação e o envolvimento de crianças e jovens em atividades que potenciasssem as suas competências pessoais, sociais e de cidadania.

De forma a mitigar a situação acima descrita, a AVAAL criou o *Projeto Augusta*⁷ que não sendo novo, ganhou dimensão a partir do sub-projeto *Hortas em Casa* tornando-se passível de ser uma candidatura autónoma pelo sucesso que obteve. O *Projeto Augusta* visou o combate ao isolamento sénior e contribuiu para a alteração de mentalidades e comportamentos dos mais jovens para com os mais velhos em torno de atividades ligadas à agricultura urbana. Foram desenvolvidas em conjunto um conjunto de hortas portáteis, a serem mantidas e cuidadas num trabalho contínuo e partilhada.

Este projeto foi desenvolvido no Centro de Dia do Lumiar (SCML), na Escola Pintor Almada Negreiros, no Centro de Desenvolvimento Comunitário da Charneca (SCML), no CAI da Cruz Vermelha e no Centro de Dia do Lumiar.



Fig.18 – Projeto Augusta
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.19 – Projeto Augusta
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.20 – Projeto Augusta
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.21 – Projeto Augusta
| Fonte: Arquivo AVAAL

⁷ O nome do projeto foi escolhido após a notícia, Fevereiro de 2011, do falecimento de uma idosa, Augusta Martinho, encontrada no seu apartamento, calcula-se que 8 anos depois de ter sido dada como desaparecida.

1.2.5 Projeto: *REFAZ-TE – Oficina de Reciclagem*

Programa: BIP-ZIP | Câmara Municipal de Lisboa – 2013

O projeto *REFAZ-TE – Oficina de Reciclagem* consistiu na implementação de um *atelier* de reciclagem de materiais na Alta de Lisboa. Promovido em parceria com a *Associação de Residentes do Alto do Lumiar* (ARAL), visou recuperar artes e saberes antigos através dos quais foi possível criar produtos artesanais com um toque de modernidade, direcionados a um nicho de mercado no contexto socioeconómico.

A oficina esteve instalada na Escola Básica Dr. Nuno Cordeiro Ferreira (antiga Escola nº91), o que permitiu por um lado reaproveitar os materiais existentes na mesma e por outro envolver crianças e profissionais nas atividades da oficina e em pequenos *workshops* dados pelos artesãos.

Enquanto local de aprendizagem, este espaço deu a oportunidade aos participantes de divulgarem os seus saberes mantendo o seu ofício vivo. Uma das mais-valias deste projeto foi a presença de uma *designer* que ao longo do projeto ajudou os profissionais a repensar as suas peças tornando-as mais apelativas e adaptadas às necessidades contemporâneas.

Este projeto decorreu durante o ano 2013 beneficiando em 2014 de mais um ano de financiamento por parte do *programa BIP/ZIP*⁸, dados os objetivos atingidos e a sua pertinência na comunidade. No início deste estágio, este projeto encontrava-se inativo, aguardando uma reestruturação ao seu funcionamento.



Fig.22 – REFAZ-TE – Oficina de Reciclagem
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.23 – REFAZ-TE – Oficina de Reciclagem
| Fonte: Arquivo AVAAL

⁸ BIP/ZIP – Bairros de Intervenção Prioritária / Zonas de Intervenção Prioritária. *Vidé infra* p.49.

1.2.6 Projeto: *Urban Market da Alta de Lisboa*

Programa: BIP-ZIP | Câmara Municipal de Lisboa – 2013

O projeto *Urban Market da Alta de Lisboa* surge da constatação de que um dos objetivos implícitos no *Plano Urbanização da Alta de Lisboa* (PUAL), a integração social de duas realidades (a da habitação de mercado livre e do realojamento) não tinha sido conseguida, verificando-se ainda uma perceção generalizada de insegurança e marginalidade, numa comunidade fragmentada⁹.

O *Urban Market* teve como principal objetivo promover a “ (...) utilização, revitalização e preservação do Parque Oeste através da criação e qualificação participada de atividades económicas de base local, envolvendo diferentes segmentos da comunidade e melhorando a coesão territorial e a imagem externa da Alta de Lisboa”¹⁰.

Sendo, a nosso entender, no espaço público, local onde se desenvolve a sociabilidade de forma voluntária, e sendo o objetivo do projeto, agregar as diferenças sociais presentes na Alta de Lisboa, promoveram-se mercados mensais no Parque Oeste, onde feirantes locais e externos puderam vender os seus artigos em segunda mão, de artesanato, doçaria tradicional, peças de *design* urbano ou ainda produtos hortícolas de origem ecológica, fomentando assim atividades de fortalecimento da economia local.

Este é um projeto desenvolvido em colaboração com a ARAL e o CLIP Recursos e Desenvolvimento, no qual a AVAAL visava colocar, nos mercados, os produtos hortícolas produzidos no *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*.

Mais tarde o projeto alargou-se ao Parque da Quinta das Conchas, que sendo um local mais movimentado, permitiu envolver um maior número de pessoas da comunidade e fora desta.

Ao longo do projeto, os participantes tiveram a oportunidade de adquirir ferramentas teóricas e práticas ligadas ao empreendedorismo social, que visavam potenciar os seus negócios, num apoio prestado pelo AUDAX¹¹.

⁹ Para se entender as razões da fragmentação da comunidade *vide infra* p. 86.

À semelhança do que aconteceu com o projeto *REFAZ-TE – Oficina de Reciclagem*, o *Urban Market da Alta de Lisboa* decorreu durante o ano 2013 e 2014, beneficiando de dois anos de financiamento do programa BIP/ZIP. Posteriormente abordaremos este projeto com maior detalhe, uma vez que, de todos os projetos anteriormente referidos, este é o único que se encontra ainda a decorrer.



Fig.24 – *Urban Market da Alta de Lisboa*
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.25 – *Urban Market da Alta de Lisboa*
| Fonte: Arquivo AVAAL

Neste capítulo elencámos alguns dos diversos projetos que a AVAAL desenvolveu ao longo dos 5 anos anteriores à minha colaboração com a associação.

Esta contextualização serve fundamentalmente para nos elucidar do percurso que a AVAAL tem vindo a traçar, bem como sublinhar o padrão de atuação pelo qual a associação se rege: promoção do sentido cívico e consciencialização da população para a importância da melhoria da qualidade de vida através da salvaguarda dos valores sociais e ambientais.

¹⁰ Candidatura BIP/ZIP N°38 – Edição 2013.

¹¹ Associação sem fins lucrativos – Centro de empreendedorismo do ISCTE-IUL.

II – Experiência de Estágio

1. Enquadramento

A Paisagem é uma herança do trabalho criativo de sucessivas gerações que criaram espaços e formas de Natureza indispensáveis à permanência da fertilidade, ao equilíbrio ecológico e à estabilidade física. Nela prevalecem formas naturais de biodiversidade e estão inscritos traços físicos do passado e sistemas há muito humanizados. A paisagem deve ser entendida num sentido lato, como um todo em que cada elemento que a compõe influencia e é influenciado pelos restantes, numa cadeia em permanente movimento, determinada pelo meio e recriada pelo homem.

TELLES, 2011:28

Tal como definiu Ribeiro Telles, consideramos a paisagem produto cultural, de uma civilização que nela imprimiu a sua identidade a partir de uma transformação, construção e evolução conjunta.

A paisagem é mais que o suporte biofísico onde se desencadeiam as ações e interações naturais e humanas, bióticas e abióticas, é mais que uma organização de espaço, é mais que uma representação artística (pictórica ou literária). É tudo isso num complexo processo ecológico, social, económico e cultural de relações e de sinergias que o homem estabelece com o meio que o rodeia. Neste sentido a paisagem é a tradução cultural da presença do homem na terra, “ (...) expressão de existência e forma de representação da relação que o homem estabeleceu com a natureza, transformando-a em formas que respondem às várias funcionalidades da paisagem - habitar, cultivar, recolher, fruir, conservar em bases sustentáveis pela economia e ecologia dos processos” (MATOS, 2011:95).

Sendo a paisagem uma construção dinâmica e complexa, em constante transformação, nos últimos anos temos assistido a profundas alterações na mesma. De entre os vários fatores que contribuíram para estas alterações, vamos centrar no processo migratório massivo do mundo rural para as grandes urbes decorrente das transformações que se deram nos processos produtivos: a mecanização dos meios de produção agrícola.

O resultado deste crescente afastamento da população do meio rural desencadeou uma sobrelotação dos centros urbanos sucedendo o processo de metropolização do território¹².

¹² Fenómeno urbanístico que surge a partir da rápida e “ (...) descontrolada expansão da cidade sobre o campo envolvente e sobre os próprios aglomerados urbanos adjacentes” (BARRETO, 1998:26).

Este processo, da rápida expansão urbana sem um planeamento adequado às aptidões e especificidades destas zonas rurais ao redor dos centros urbanos, desenvolveu-se à custa do fundo de fertilidade que durante séculos garantia a produção de alimentos e bens na e para a cidade.

Lisboa e a sua área metropolitana retratam esta realidade. Nas décadas de 60/70, a periferia saloia, predominantemente marcada por uma matriz rural, foi substituída, numa primeira fase, por uma ocupação habitacional clandestina e precária e mais tarde, já na década de 80, pela ocupação de grandes empreendimentos decorrentes das pressões de especulação imobiliária.

No final dos anos 50 a Ameixoeira, onde decorre o nosso caso de estudo, integrada no termo da cidade de Lisboa, era caracterizada pelas suas quintas de veraneio de onde se colhiam os frescos que abasteciam a cidade. Contíguo à cidade, este recanto do mundo rural perde a sua identidade com o alastrar de bairros de lata que proliferam um pouco por todo o subúrbio da cidade¹³.

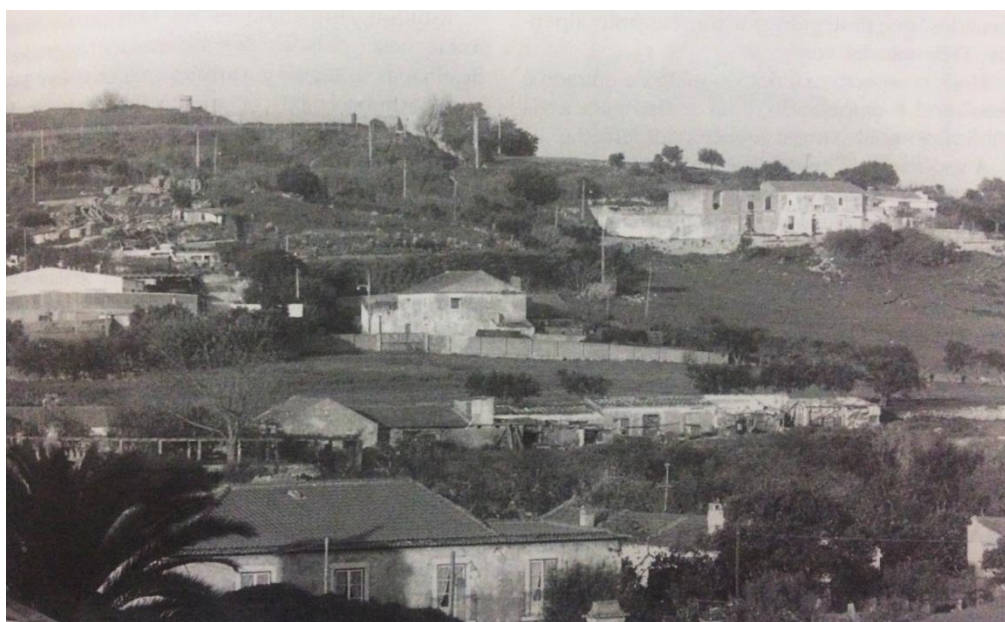


Fig.26 – Ao alto, as guaritas do Forte Militar, ao centro a Qta. de São Gonçalo, à direita a Qta. dos Cantos | Fonte: ESPIRITO SANTO, 1997:223.

¹³ “Da evolução que agora tem tomado e das transformações que nela se operaram. No passado, uma zona rural, com casinhas e palacetes dispersos nas suas frondosas quintas. Hoje de forma acelerada, a Ameixoeira vai tomando a fisionomia mais parecida com a cidade. Derrubaram-se muros de quintas, acabou-se o trabalho campesino das terras, que muita gente fazia amor no cultivo das suas leiras. Começaram as máquinas escavadoras e as picaretas a vibrar ferroadas e depois surgiram ruas largas, os edifícios de betão elevados, em zonas que para muitos era uma solução de situações” (ESPIRITO SANTO, 1997:11-12).

A paisagem é fundamental ao bem-estar individual e social – plano físico, psicológico e intelectual – consideramos que as alterações acima referidas, quebraram a relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades socioeconómicas e as questões de salvaguarda ecológicas e culturais, que devem estar presentes no desenho da cidade.

A cidade perdeu as suas fronteiras e com elas diluíram-se as diferenças entre cidade e campo¹⁴. Partindo desta premissa, Ribeiro Telles alerta-nos para a necessidade de pensar a cidade, em termos ecológicos, como um sistema de interdependências, onde “ (...) *a cidade e o campo são fases diferentes de um mesmo sistema: uma parte não pode viver sem a outra parte*” (TELLES, 1998:12). Facto é que ao longo da história do urbanismo verifica-se a presença constante de espaços de agricultura no interior das cidades. A cidade nasce da e com agricultura e é desta raiz que se forma¹⁵. Tal como refere Ribeiro Telles, hoje: “*Já não há separação entre paisagem rural e urbana; existe sim Paisagem Global, sustentada por princípios fundamentais de equilíbrio ecológico, do contínuo natural e da funcionalidade em termos da perenidade dos sistemas*” (TELLES, 2005:66).

Na Ameixoeira dissociaram-se estas duas realidades, negaram-se as origens, negou-se a própria cidade.

¹⁴ “As ideias que presidem à criação da nova cidade devem ter como paradigmas a integração cidade/campo e a conexão urbanismo/ecologia. O homem de hoje tende a deixar de ser rural ou urbano para alcançar uma visão cultural que abrange tanto os valores da ruralidade como os da cidade. E quem diz os valores diz também as actividades. O conceito de paisagem global tende a informar todo o processo de ordenamento do território e o próprio urbanismo” (TELLES, 2003:334).

¹⁵ “Com a agricultura sedentária surge a cidade. É primeiro um refúgio contra os animais selvagens, contra as pilhagens, defesa contra os outros agricultores e pastores que cobiçavam as melhores terras. A cidade foi portanto rodeada por paliçadas e muros de terra. Surgiu a muralha. A religiosidade das populações agrárias transformou a cidade na residência do Deus-protector, surgindo o templo. O templo e a muralha são respectivamente o coração e a fronteira da cidade. O campo agricultado constitui a sua possibilidade de subsistir e de se desenvolver. O comércio e as trocas permitem a universalidade da sua presença” (TELLES, 1975:76).

2. Parque Agrícola da Alta de Lisboa

2.1 Enquadramento

A sociedade contemporânea interrompeu o diálogo vital entre cidade e campo. A agricultura na cidade sempre existiu. Faz parte da memória do coletivo que sempre habitou a periferia das cidades.

Os sistemas rurais na cidade surgem atualmente como uma das possíveis estruturas biofísicas de suporte ao equilíbrio ecológico e biodiverso, que permitem aliar espaços de produção, a importantes espaços de recreio e sociabilidade, bem como de proteção e preservação dos sistemas naturais.

De utópica e retrógrada a uma necessidade cada vez mais urgente, a agricultura urbana surge não só como resposta a questões de necessidade alimentar como também promove valores ecológicos, socioeconómicos e culturais na cidade, tal como refere Mougeot: “ (...) *Agricultura urbana é uma indústria localizada dentro ou na franja da cidade, cujo crescimento, processa e distribui uma diversidade de alimentos e outros produtos, reutilizando largamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e nos arredores da área urbana, e fornecendo, por sua vez, recursos materiais e humanos, produtos e serviços para aquela área urbana*” (MATOS, 2011:193). A agricultura urbana é assim fundamental na cidade-região, pois devolve ao espaço urbano estruturas rurais produtivas, de recreio e de proteção repondo assim uma verdadeira ligação entre o urbano e o rural essencial na cidade.



Fig.27 – Parque Hortícola da Qta da Granja - Lisboa, Créditos: Fausto Castelhana 2011
| Fonte: Retalhos de Bem-Fica



Fig.28 – Parque Hortícola da Qta da Granja - Lisboa | Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

Articular, hoje, espaços de produção no tecido urbano surge enquanto desafio ecológico, socioeconómico e cultural, pelas oportunidades que lhe advêm¹⁶. Pouco desenvolvida enquanto política pública, denota-se o crescente interesse de desenvolver espaços de agricultura urbana na cidade, nomeadamente através de medidas impulsionadas pelo poder local, sendo um importante instrumento de aproximação das comunidades locais à participação ativa nos processos de regeneração urbana, rumo ao desenvolvimento sustentável da cidade.

A agricultura urbana poderá, pelo seu carácter plural, assumir diferentes tipologias na cidade, contudo iremos centrar a nossa atenção nas hortas urbanas e na sua relação com a Estrutura Ecológica Urbana, através do estudo de caso do *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*.

Não sendo novo o debate da necessidade da presença dos sistemas rurais na cidade, as hortas urbanas surgem, no contexto de estudo, principalmente como uma resposta social e económica às carências da população suburbana, que se instalou naquele território, nos anos 60/70. O aproveitamento precário de espaços intersticiais expectantes ou de áreas abandonadas constituíram um importante local de suporte ao surgimento destes espaços.

O projeto para a concretização de um espaço de hortas comunitárias na Alta de Lisboa dá os seus primeiros passos, em Outubro de 2008, pela mão do Arquiteto Paisagista Jorge Cancela¹⁷, através de um primeiro contacto com o *Programa de Desenvolvimento Comunitário K'Cidade*¹⁸. Rapidamente esta ideia se expandiu à comunidade da Alta de Lisboa, envolvendo diversos moradores que além de interessados em explorar um talhão hortícola virão mais tarde constituir a AVAAL.

¹⁶ Sobre as oportunidades que a agricultura urbana devolve à cidade *vidé infra* p.88.

¹⁷ Arquiteto Paisagista Jorge Cancela, fundador e mentor da *Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa*. Sendo morador na Alta de Lisboa estava atento à realidade que o rodeava e sensível às questões que o novo urbanismo e o processo de realojamento em curso impunha, iniciou um movimento cívico para a construção de um *Parque Agrícola na Alta de Lisboa*. Pela sua formação de base e atento às questões atuais de gestão dos recursos naturais, o Arquiteto Paisagista desenvolve esta ideia focado na importância de racionar os recursos à nossa disposição e da importância da existência de espaços de produção na cidade que possam não só assegurar a produção de alimentos e a proteção da biodiversidade como também adquirirem um carácter mais lúdico, educativo e de recreio em meio urbano.

¹⁸ O *Programa de Desenvolvimento Comunitário K'Cidade* visa implementar projetos de desenvolvimento comunitário em áreas anteriormente alvo de processos de realojamento através da capacitação e automização de comunidades urbanas desfavorecidas, tornando-as agentes principais de uma mudança social progressiva com vista à melhoria da sua qualidade de vida.

Numa adaptação às necessidades contemporâneas, o *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* (PAAL) surge como um exemplo: de envolvimento de diversos atores e intervenientes, públicos e privados, no território da Alta de Lisboa; de desenvolvimento de um novo modelo de participação cívica; do uso e gestão da estrutura ecológica urbana, operacionalizada através da agricultura urbana como tradução das vontades da população local.

Este projeto teve como objetivos específicos:

- *A recuperação de uma antiga quinta (Quinta dos Cântaros) para os seus fins originais de produção agrícola, preservando solos e memórias;*
- *A possibilidade de voltar a dar aos habitantes locais (e outros) áreas de produção hortícola, muito comuns no bairro antes do realojamento;*
- *A criação de um equipamento urbano de ar livre complementar às ofertas recreativas e lúdicas exteriores já existentes na Alta de Lisboa (em particular a Quinta das Conchas e dos Lilases e Parque Oeste);*
- *A produção agrícola em modo biológico, como forma de melhorar os conhecimentos ambientais e a qualidade alimentar da população;*
- *A formação em eco-tecnologias e desenvolvimento local;*
- *A operacionalização parcial do denominado “Parque Periférico de Lisboa” (que integra a terceira parte do “Parque Oeste” ou seja a área abrangida pelo PAAL) pelos cidadãos organizados em associação não-governamental de ambiente (AVAAL);*
- *A coesão social e a integração entre as várias classes socioeconómicas que vivem na “Alta de Lisboa”, mas com reduzidos níveis de interação.*

(CANCELA, 2014:137)

Localizado na antiga Ameixoeira salaia, o *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* surge como um espaço de memória, de retorno aos usos rurais no seio de uma comunidade profundamente transformada pelo processo de urbanização, que visou o realojamento de milhares de pessoas, a sua maioria em situação socioeconómica débil.



Fig.29 – Planta de Localização

| Fonte: *Google Maps* | Edição: Autor

Fisiograficamente estende-se no terço superior da vertente, orientada a sudoeste da Encosta de São Gonçalo e a montante da Pista de Atletismo Moniz Pereira. É delimitado a oeste pelo Eixo Norte-Sul e a este pela Rua João Amaral, ocupando uma área aproximada de 16 500 m².

Localizado em terrenos municipais, na antiga Quinta dos Cantos¹⁹, o Parque Agrícola veio a integrar a 3ª fase do Parque Oeste prevista no Plano de Urbanização da Alta de Lisboa (PUAL). A execução de obra foi custeada pela *Sociedade Gestora da Alta Lisboa* (SGAL) no âmbito da parceria público-privada estabelecida entre a CML e a SGAL, para a concretização das infra-estruturas e espaços públicos previstos no PUAL²⁰.

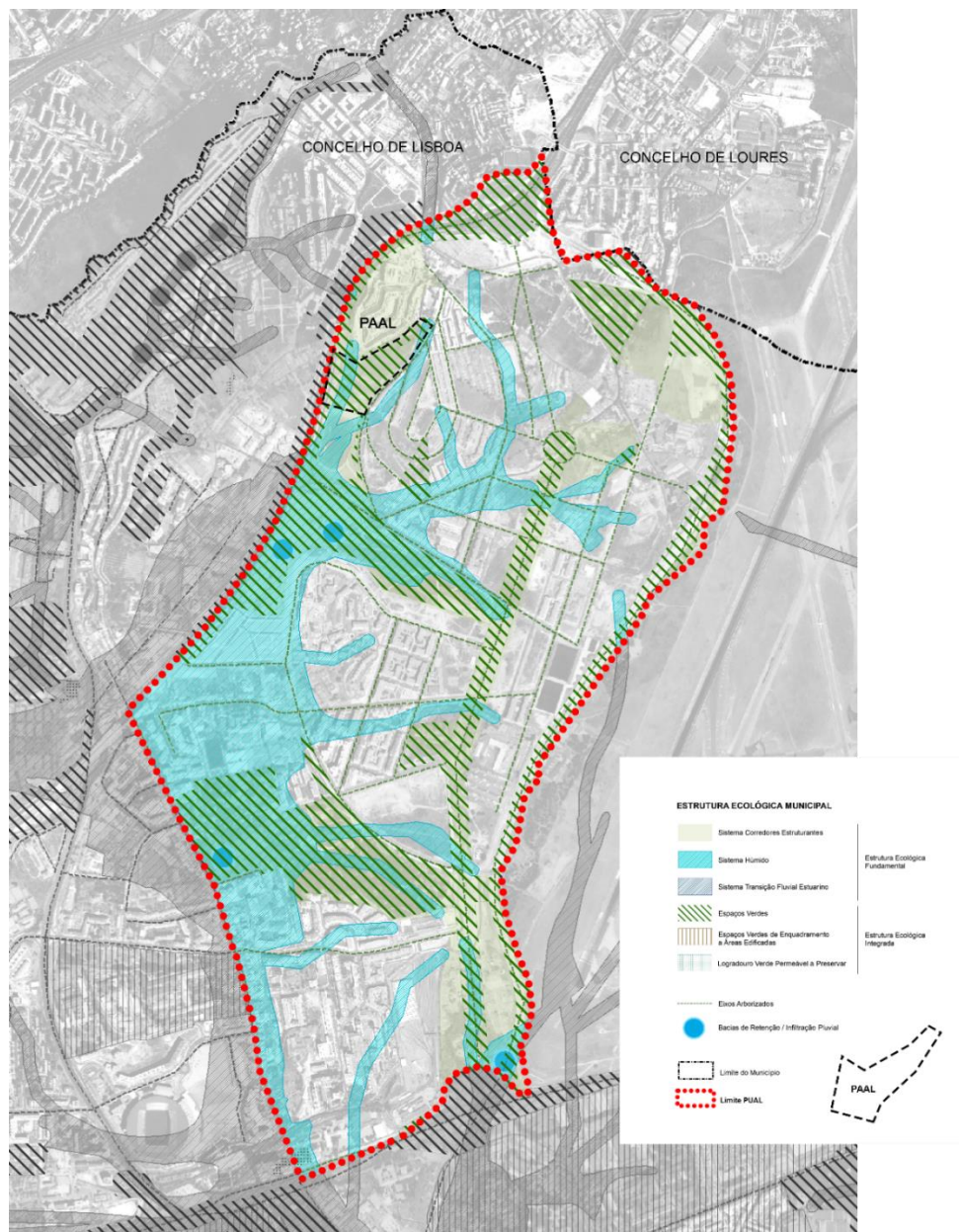


Fig.30 – Extrato da Carta de Estrutura Ecológica Municipal – Cidade de Lisboa

| Fonte: PDM Câmara Municipal de Lisboa | Edição: Autor

¹⁹ Vulgarmente chamada de Quinta dos Cântaros.

²⁰ Sobre as questões relacionadas com esta parceria bem como com o processo do PUAL *vidé infra* p.79.

Este não é só um exemplo de operacionalização da estrutura ecológica municipal através da agricultura urbana, é um exemplo de uma abordagem “*bottom-up*” de *governanza* urbana capaz de dar uma resposta concertada às necessidades de determinado território. Neste sentido, ao longo de todo o processo de definição do projeto o envolvimento e participação dos moradores foi essencial na sua definição.

Partindo do ideal de que todos temos o direito e o dever de participar na valorização do nosso património ambiental e cultural, consideramos que as ações desenvolvidas a partir da comunidade são particularmente importantes para o reforço da coesão social, autoestima e sentido de pertença ao local onde a mesma se insere.

Neste sentido, este projeto visou estimular o sentido de responsabilidade social como forma de “ (...) *operacionalização cidadã de áreas da estrutura ecológica urbana, numa atitude inovadora de parceria com outras instituições públicas e privadas envolvidas nesse processo*” (CANCELA, 2014:148).

O parque contemplava no seu plano:

- *constituição de áreas de hortas sociais, de recreio e pedagógicas, de acordo as normas definidas pela CML;*
- *constituição de espaço de canteiros sobre-elevados para permitir uso de deficientes motores e actividades de inserção social e terapia ocupacional;*
- *constituição de pomar de espécies fruteiras de variedades regionais;*
- *constituição de mata linear junto ao Eixo N/S e nos taludes principais, com recurso a espécies autóctones, tradicionais da paisagem local e úteis para a actividade hortícola;*
- *criação de espaços e estruturas de compostagem de resíduos verdes;*
- *criação de espaço para guardar alfaias de uso comum a todo o Parque (moto-serra, roçadora, etc);*
- *criação de espaço para portaria, sanitários, posto de primeiros socorros e sala administrativa com zona que permita a eventual oferta e/ou venda de produtos de produção local do Parque;*
- *criação de espaço interior e exterior coberto, para encontro e convívio, que permita a realização de reuniões e formações;*
- *instalação de furo, com sistema eólico e/ou solar para elevação de água a depósito/plano de água;*

- *instalação de rede de drenagem pluvial, superficial e de condução de excedentes para micro-bacias de retenção e infiltração;*
- *criação de percursos interpretativos e correspondente sinalética;*
- *assegurar a ligação pedonal acessível entre a Alta e a Ameixoeira, sob o Eixo Norte/Sul;*
- *vedação de toda a área exterior do Parque com acessos através de portão de viaturas e pessoas.*

(CANCELA, 2014:160)



Fig.31 – Planta de Zonamentos – Parque Agrícola da Alta de Lisboa

| Fonte: Arquivo AVAAL

O programa, acima descrito e transposto na sua prática para obra, encontrava-se em fase final de execução, aquando o início deste estágio. Contudo a Horta Acessível, que faz parte deste programa, já se encontrava concluída desde meados de 2012, tendo sido construída ao abrigo de um projeto BIP/ZIP, como já anteriormente mencionado.

2.2 Execução de Obra

O início do estágio, que agora se apresenta, coincidiu com uma das etapas mais importantes do projeto do *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*: a conclusão do projeto de execução.

Apercebemo-nos hoje, quão determinante foi a minha presença nesta fase do Parque, uma vez que nestes momentos de final de obra há uma aceleração nos processos de construção que, se não forem bem conduzidos e controlados, ou bem acautelados em desenho, podem comprometer o objetivo e a qualidade pretendida.

Assim fomos imediatamente confrontados com um conjunto de situações que solicitaram uma resposta pronta, procurando atenuar possíveis problemas quer de ordem de execução de obra, quer de ordem administrativa.

Feito um primeiro diagnóstico foram identificadas as seguintes incoerências de obra:

– Degrau no acesso ao WC para pessoas com mobilidade reduzida

Tendo verificado este lapso de projeto, procurei resolvê-lo junto do encarregado de obra, propondo a criação de uma rampa de acesso, no mesmo material do pavimento existente, de forma a garantir a acessibilidade desejada. Esta resolução não foi por mim traduzida em desenho pois, embora reconheça a necessidade destas alterações serem registadas em desenho, tratava-se de um problema prático, que necessitava de uma resposta imediata.

– A entrada do parque apresentava também problemas de acessibilidade

No que se refere à sua relação com a rua, verifiquei a existência de um degrau que limitava o acesso universal ao parque. Na sua relação com o interior existia uma rampa que não respeitava as inclinações e proteções definidas por lei e transpostas para o *Guia de Acessibilidades*. Mais uma vez procurei resolver este problema de forma rápida propondo uma rampa que ligasse a rua com a entrada. No que se refere à relação da entrada com o interior do parque não foi possível encontrar uma solução, a obra já estava avançada não podendo ser feitas alterações à rampa. Também esta alteração não teve, por mim, representação gráfica final.

– Substituição de exemplares arbóreos e arbustivos mortos

Ao longo dos trabalhos e na ausência do funcionamento do sistema de rega foram vários os exemplares que não vingaram, tendo que ser posteriormente substituídos.

Ao abrigo da garantia de obra requisitei a substituição de todas as plantas mortas ou danificadas, à empresa de jardinagem. Situação de difícil negociação uma vez que nem sempre estas empresas cumprem os requisitos definidos em garantia de obra. Neste sentido desenvolvi um conjunto de pressões, junto das entidades responsáveis, para que a empresa cumprisse o acordado, uma vez que considero que a obra só termina quando tudo está de acordo com o adjudicado.

– Testes no sistema de bombagem e no sistema de rega

Acompanhei os testes realizados ao sistema de bombagem do furo, incluindo o processo de enchimento dos depósitos de armazenamento e os testes ao sistema de distribuição e de rega de áreas comuns do Parque. Verifiquei a ausência de uma chave mestra para a utilização das bocas de acoplamento rápido, distribuídas pelo parque, a qual não tendo sido acautelada em mapa de quantidades, não pôde ser adquirida em fase de obra, o que inviabiliza a sua utilização. Chamou-se a atenção para esta situação mas, por questões de orçamentação, não foi resolvida.

– Marcação dos caminhos

Com o apoio da comissão de gestão do PAAL, marcamos os caminhos de acesso universal aos abrigos de apoio, respeitando o traçado original presente no plano geral. Desta forma acautelaram-se possíveis conflitos decorrentes de uma delimitação abusiva dos talhões por parte dos hortelões.

– Falta de mobilização do solo

Uma das questões de obra que mais preocupação me trouxe foi a falta de preparação do solo para o fim de produção que lhe estava destinado.

O solo encontrava-se entulhado de forma que limitava, e limitou conforme iremos ver, o seu manejo para a prática hortícola. Também não se realizaram, em devida altura, as ações de despedrega necessárias, pelo que este foi um problema que não consegui resolver.

As devidas correções do solo também não foram acauteladas, o que veio, em muitos casos, a dificultar a produção hortícola. Perante esta situação pressionei, os diferentes atores intervenientes no processo de obra, para que aquelas ações fossem resolvidas. Contudo, pelo momento final de obra em que nos encontrávamos, não foi possível obter uma resposta favorável.

Além das questões práticas de obra, *supra* mencionadas, houve a necessidade de tratar de um conjunto de questões administrativas relativas à abertura do Parque Agrícola, tais como:

- Solicitação dos contratos de abastecimento de água e de eletricidade;
- Receção das chaves do Parque, momento que considero particularmente importante na história da Associação, dando-se assim por terminada uma das fases mais importantes deste projeto;
- Contacto com os futuros hortelões, previamente inscritos, informando-os da data de entrada no PAAL. Tarefa que se mostrou facilitada pela existência de uma base de dados previamente organizada;
- Preparação de todos os elementos necessários à realização da assembleia geral de entrega dos talhões do Parque Agrícola, nomeadamente dos documentos informativos a distribuir na mesma;
- Organização da receção aos hortelões já nas instalações do Parque Agrícola, onde tive a oportunidade de acompanhar cada associado ao seu respetivo talhão;



Fig.32 – Assembleia Geral de Entrega dos Talhões
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.33 – Assembleia Geral de Entrega dos Talhões
| Fonte: Arquivo AVAAL

– Elaboração do programa inaugural da abertura oficial a 10 de Maio e sua operacionalização incluindo o contacto com parceiros e colaboradores que cooperaram ao longo deste projeto. Durante o evento além das individualidades convidadas (Presidente de Câmara de Lisboa e Presidentes das Juntas de Freguesia de Santa Clara e do Lumiar) participaram o grupo *Bombos Alta Batida* da EB 2/3 do Alto do Lumiar, a associação *Jardins do Pranto Lazer & Eventos* bem como os hortelões e respetivas famílias que contribuíram para o lanche partilhado, promovido pela comissão de gestão. O conceito que esteve por detrás da elaboração deste programa prendeu-se com a necessidade de envolvimento da comunidade da Alta de Lisboa com o Parque Agrícola desde um primeiro momento, envolvendo a comunidade na participação deste dia.



Fig.34 – Inauguração
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.35 – Inauguração
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.36 – Inauguração
| Fonte: Arquivo AVAAL

2.3 Paisagem Sociológica

O Parque é constituído por uma enorme heterogeneidade social reflexo da situação urbanística da Alta de Lisboa. É utilizado por 114 hortelões, 69 do sexo masculino e 45 do sexo feminino. A faixa etária predominante encontra-se entre os 40 e 60 anos, tendo o utente mais novo 31 e o mais velho 81 anos. A maioria dos hortelões reside próxima do Parque, distribuindo-se entre a Alta de Lisboa, Ameixoeira e Lumiar.

Ao longo do período de estágio constatei que, embora cerca de metade dos hortelões tenham nascido e residido em Lisboa, outra parte significativa destes veio, ainda em crianças, de áreas rurais para a cidade (na sua maioria a norte do Tejo) quando se verificou o êxodo rural. Com menor representatividade temos alguns hortelões oriundos de ex-colónias portuguesas, que devido a um período conturbado de guerra, se viram forçados a vir para Portugal. Em comum têm a ligação à terra, uns recordam a infância passada nas aldeias de origem, outros rememoram as férias que eram passadas nesses locais.

Em termos de ocupação profissional, a maioria dos hortelões encontra-se em situação de emprego ou de reforma.

O Parque comporta atualmente 98 talhões hortícolas, alguns são partilhados, num total de mais de 8500 m² de espaço dedicado. Neste sentido, acreditamos que serão mais de 98 as famílias que beneficiam diretamente destas hortas comunitárias.

2.4 Funcionamento

Sendo um projeto de grande dimensão houve a necessidade de desenvolver mecanismos de gestão e regulamentação que mitigassem comportamentos desajustados ao cumprimento da missão do PAAL. O Parque Agrícola rege-se de acordo com o regulamento interno, subscrito por todos os utilizadores, onde estão descritas as regras de bom funcionamento, as quais todos os hortelões deverão respeitar, tais como: o cumprimento dos critérios de atribuição dos talhões, a obrigatoriedade de produção em modo ecológico, o uso de materiais adequados à prática hortícola, entre outros. Este regulamento pretende estabelecer uma visão partilhada de direitos e responsabilidades.

Para a operacionalização do modelo de gestão participada pretendido foi nomeada uma comissão de gestão que, integrando hortelões do PAAL, tem a responsabilidade de dar apoio na gestão do parque, à direção da AVAAL, desempenhando o papel de facilitador na resolução de pequenos problemas correntes do mesmo.

2.4.1 Funcionamento Corrente

O início do funcionamento do *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* foi um grande desafio. Se por um lado houve a necessidade de gerir questões de obra que vieram a causar entropia ao bom funcionamento do parque, por outro lado tive de ser capaz de responder a conflitos pessoais, normais nestas estruturas com grande número de utilizadores, procurando anulá-los, tais como:

– Funcionamento da Água

A questão da gestão da água deverá aqui ser analisada a dois níveis: um primeiro relacionado com os consumos feitos por parte dos hortelões, e um segundo, relacionado com o funcionamento da rede de distribuição.

A percepção que tive é que o gasto excessivo de água se prendeu fundamentalmente pela necessidade de mobilizar um solo pesado, que devido a um período de estiagem prolongado, se encontrava bastante compactado, o que condicionou a prática hortícola. De referir que a existência de entulho no terreno veio a agravar esta situação.

Reconheço hoje, que a minha presença foi fundamental, enquanto moderadora de conflitos decorrentes do gasto excessivo de água: uns usavam de forma abusiva este recurso, outros viram o seu acesso comprometido, criando instabilidade nas relações entre os hortelões. Numa atitude quase pedagógica tive de paulatinamente alertar para a necessidade de racionar a utilização de água, não só por ser um recurso partilhado com mais utilizadores como também adaptar a sua utilização às necessidades hídricas das plantas.

Aliado a este consumo excessivo, os problemas de abastecimento de água tornaram-se recorrentes com o constante “*desferrar*” da bomba do depósito, o que implicou que tivéssemos de pressionar as entidades responsáveis de obra, para que fosse identificado o problema e encontrada uma forma de garantir o fornecimento de água aos hortelões. Não sendo a solução ideal, contactei um hortelão que tendo conhecimento do funcionamento deste tipo de sistemas prontificou-se a ficar encarregue de assegurar o abastecimento de água no Parque.

A um segundo nível, o sistema de distribuição de água levantou entraves ao bom funcionamento do parque, devido:

- à tubagem, que em alguns casos se encontrava demasiado à superfície e no interior de alguns talhões, levando a ruturas pontuais decorrentes da mobilização da terra. A ausência de torneiras de seccionamento, ao longo das diversas linhas de distribuição, levou a que, por diversas vezes, fosse necessária a interrupção geral do fornecimento de água, durante o período de resolução dessas ruturas;
- à ausência de bóias de nível nos depósitos da horta acessível que determinaram constantes transbordos de água, sempre que era necessário estes encherem.

Para a resolução destes problemas, a minha intervenção prendeu-se com a aquisição das bóias de nível a instalar nos depósitos da horta acessível, bem como do material necessário à reparação das ruturas na rede de abastecimento. Para estas reparações houve a necessidade de mobilizar hortelões com capacidades técnicas capazes de resolver estes problemas, permitindo à associação aproveitar recursos existentes.

Mais do que problemas, estas situações de tensão, pelos transtornos que causaram foram fundamentais para se desenvolver no PAAL um verdadeiro espírito de cooperação e entreajuda, em que todos tinham e têm, o dever de colaborar para a resolução dos problemas que vão surgindo no Parque. Todos os problemas, acima descritos, foram possíveis de serem resolvidos internamente, por um lado aproveitando a heterogeneidade de profissões existentes no parque, e por outro apelando ao sentido cívico de que todos têm direitos e deveres para com a comunidade, que neste caso constitui o PAAL.

– Gestão de Conflitos

O mais desafiante foi ter de gerir conflitos pessoais provocados pelo incumprimento do regulamento interno do Parque, decorrente da elevada heterogeneidade social presente no PAAL.

Neste sentido procurei encontrar respostas adaptadas a cada uma das questões levantadas e ter uma atitude de equidade para com cada um dos hortelões, tentando encontrar consensos e pontos de equilíbrio assegurando o bom funcionamento do Parque.

– Medição de talhões

Sabendo que a execução de obra nem sempre é coincidente com o traçado em plano, tivemos, eu e a comissão de gestão, de verificar e ajustar, no terreno, as dimensões dos talhões em relação às existentes em plano para que os valores pagos fossem concordantes com as dimensões dos talhões explorados.

– Gestão de desistências e redistribuição de talhões

Decorrente de algumas desistências e atendendo à lista de espera, procedi à entrada de novos utilizadores, respeitando a lista de espera, tal como transposto em regulamento.

– Resolução de problemas de vandalismo

Pela ausência de segurança, a vulnerabilidade destes espaços ao vandalismo é elevada, facto que se verificou diversas vezes. Motivados pela curiosidade ou pela necessidade, estes atos foram de alguma forma recorrentes, ao longo do período de estágio. Se por um lado havia a indignação de quem vê a sua horta vandalizada, por outro os estragos deixados elevam um sentimento de entreajuda na resolução dos mesmos. Sem necessidade de recorrer a serviços externos, consegui mobilizar os hortelões na resolução destes problemas.

2.4.2 Visitas

Ao longo do período de estágio foi crescente o interesse de entidades nacionais e internacionais em visitarem o PAAL. Por parte da comunidade académica, importava estudar este exemplo de envolvimento da comunidade na operacionalização da estrutura ecológica, bem como analisar o modelo

sociológico deste projeto. Outras entidades, inspiradas pelo projeto da AVAAL, quiseram-lhe seguir o exemplo criando programas semelhantes, o que demonstra a vontade de replicabilidade deste tipo de iniciativas.



Fig.37 – Visita de Estudo – Licenciatura em Arquitetura Paisagista
| Fonte: Curso de Arquitetura Paisagista da Universidade de Évora

A minha intervenção baseou-se no agendamento, preparação e condução das visitas, tentando sempre adaptar o tipo de abordagem às especificidades do público-alvo. Acompanhei um total de sete visitas ao Parque Agrícola.



Fig.38 – Visita Pensar Verde
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.39 – Visita Pensar Verde
| Fonte: Arquivo AVAAL

À AVAAL chegaram várias solicitações para a organização de atividades e ações de voluntariado, que destacaremos, não só pela dimensão e impacte que tiveram no Parque e nos seus utilizadores, como pelo reconhecimento da importância deste projeto à escala da cidade.

2.4.3 Ações de Voluntariado

O primeiro desafio surge por parte do GRACE²¹ que tendo já realizado, em 2010, uma ação de voluntariado empresarial na sede da associação, quiseram voltar a apoiar a associação²².

O desafio proposto visou promover a intergeracionalidade através da participação de colaboradores, das várias entidades associadas do GRACE, e das suas famílias, numa intervenção comunitária de âmbito ambiental. Este foi um momento de sensibilização para a temática do voluntariado através de atividades ao ar livre ligadas à agricultura urbana e à preservação ambiental. Tendo em conta estes princípios, desenvolvi o programa desta ação, com posterior colaboração da comissão de gestão, na revisão e operacionalização da mesmo.

Esta ação decorreu, na manhã de 23 de Maio, no Parque Agrícola, onde contámos com apoio de 81 voluntários (60 adultos e 21 crianças) representantes de 16 empresas associadas do GRACE.

Acompanhei ao longo do dia os colaboradores e seus familiares que plantaram, semearam e trataram das áreas comuns do *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*, com grande afinho e entusiasmo.

- Na Horta Acessível decorreu a plantação de morangueiros cuja coordenação da atividade foi levada a cabo pelo nosso hortelão Pedro Gomes, que pelo facto de ter mobilidade reduzida ajudou a quebrar algumas barreiras e estereótipos no âmbito das limitações do dia-a-dia;

²¹ Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial. “Fundado em Fevereiro de 2000 por um conjunto de empresas interessadas em aprofundar o papel do setor empresarial no desenvolvimento social, o GRACE é uma associação pioneira, sem fins lucrativos e exclusivamente dedicada à promoção da Responsabilidade Social Corporativa.” Informação disponível em: http://www.grace.pt/sobre_o_grace/historia – consultado a 27-03-2016.

²² O interesse do GRACE, na escolha da AVAAL baseou-se no impacte positivo que a associação tem junto da comunidade, pela sua relevância local e pelo projeto pioneiro que detém, o primeiro Parque Agrícola de base comunitária.

- Para os mais novos preparou-se uma “*Caça às Ferramentas da Horta*” utilizadas posteriormente na plantação de morangueiros, recuperaram um antigo tanque de lavar roupa e plantaram flores nele;
- Aos adultos e jovens colaboradores couberam as difíceis tarefas de roçar as infestantes das áreas de pomar, bem como a plantação de flores em áreas comuns do Parque.



Fig.40 – Atividade de Plantação de Morangueiros
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.41 – Atividade de Limpeza de Canteiros
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.42 – Atividade de Plantação de Flores
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.43 – Atividade de Plantação de Arbustos
| Fonte: Arquivo AVAAL

Na sequência da ação anteriormente referida, o GRACE propôs à AVAAL desenvolver uma outra iniciativa semelhante de voluntariado corporativo, o GIRO²³.

²³ As ações *GIRO* – *GRACE, Intervir, Recuperar e Organizar* realizam-se todos os anos sob o mote de desafiar os associados do GRACE a trocarem o seu local de trabalho por um dia de voluntariado, em prol da comunidade local. Esta é uma iniciativa de voluntariado empresarial, na qual são realizadas várias intervenções a nível nacional, onde têm como áreas de intervenção a requalificação de espaços e apoio comunidades em risco, a preservação do ambiente, a inclusão de pessoas com deficiência, a defesa dos animais e o voluntariado de competências.

A preparação da ação foi feita de forma partilhada, onde o GRACE organizou toda a logística inerente ao contacto com os voluntários e à AVAAL coube a organização de toda a estrutura de atividades bem como a logística necessária à realização das mesmas.

Durante três meses foram planeadas as atividades a desenvolver no dia da ação, resolução de questões logísticas, estabelecimento de contactos com parceiros e autoridades locais, mobilização dos hortelões, bem como o levantamento das necessidades de material e a sua respetiva aquisição.

A minha intervenção nesta ação ocorre a dois momentos, um na elaboração do programa e preparação logística do mesmo, e outro na coordenação do dia da ação.

A 23 de setembro de 2015, o GRACE juntou representantes dos seus associados e das entidades de acolhimento da *10ª iniciativa GIRO*, numa apresentação pública, onde foram dadas a conhecer as ações a realizar, bem como da distribuição das empresas participantes pelas entidades beneficiárias. Neste dia tive a oportunidade de apresentar a associação e o seu projeto social, bem como as atividades a serem desenvolvidas no dia do voluntariado.

A ação decorreu no dia 2 de Outubro e requereu uma articulação organizada entre os voluntários do GRACE e da AVAAL de forma a conduzir o processo da chegada em simultâneo de centenas de voluntários da forma mais tranquila possível.



Fig.44 – Check In dos Participantes

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.45 – Organização das Equipas

| Fonte: Arquivo AVAAL

As atividades desenvolvidas prenderam-se com a limpeza de áreas degradadas, erradicação de espécies infestantes, condução do material vegetal removido para os locais de compostagem, plantação de espécies arbustivas de baixa manutenção, reparação dos abrigos agrícolas e pintura da Horta Acessível. É de relevante importância mencionar que desta iniciativa de voluntariado corporativo, de âmbito nacional, onde participaram mais de 900 voluntários, mais de um terço destes encontravam-se na ação desenvolvida no *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*.



Fig.46 – Ação de Pintura da Horta Acessível
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.47 – Ação de Pintura da Horta Acessível
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.48 – Ação de Limpeza
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.49 – Pintura de Proteção dos Abrigos
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.50 – Grupo de Voluntários
| Fonte: Arquivo AVAAL

3. Candidaturas BIP/ZIP

Finalmente, a metrópole social corresponde a situações em que as formas de governança de natureza mais ascendente (bottom-up) e as modalidades de planeamento colaborativo mais inclusivas ganham uma expressão significativa. Na verdade, estas situações não são dominantes em nenhuma das metrópoles europeias, mas têm vindo a ganhar um peso crescente nos últimos anos, nuns casos de forma espontânea e noutros impulsionadas por políticas nacionais, regionais ou municipais que favorecem o desenvolvimento de iniciativas de base local orientadas para as, ou pelas, comunidades.

Ferrão, 2013:279

3.1 Enquadramento

Ao longo dos últimos anos a sociedade tem desenvolvido uma maior compreensão da importância do papel da comunidade e da sociedade civil em se organizar e em construir modelos de governação participada de forma a pressionar a criação de medidas de governação mais adaptadas à realidade das populações. Um maior envolvimento e participação dos cidadãos pode levar a melhores decisões políticas.

O crescente desenvolvimento de políticas locais que potenciem o envolvimento dos cidadãos tem permitido dinamizar parcerias e intervenções locais de melhoria da qualidade de vida das populações. Fomentar a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização e a procura coletiva de soluções são os objetivos dos programas locais, com os quais foi possível contactar no decorrer deste estágio.

A necessidade de desenvolver programas participados foi defendida, em 2010, por Helena Roseta²⁴ tendo sido criado pela sua mão o *programa BIP-ZIP* (Bairros de Intervenção Prioritária/Zonas de Intervenção Prioritária) o qual ocorre “ (...) *no quadro do Programa Local de Habitação (PLH), como um instrumento de política pública municipal que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projectos levados a cabo por juntas de freguesia, associações locais, colectividades e organizações*

²⁴ À data vereadora no pelouro da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa.

*não governamentais, contribuindo para o reforço da coesão socio-territorial no município.*²⁵

Terminado o processo para a erradicação dos bairros de barracas em Lisboa, as desigualdades urbanas não desapareceram. Neste sentido foi possível, através do *programa BIP/ZIP*, identificar e cartografar²⁶ 67 territórios sociais que exigiam, e exigem, uma resposta urgente pela fragilidade social, económica e ambiental que apresentavam e apresentam.

Daqueles territórios identificados 6²⁷ encontram-se localizados na Alta de Lisboa, facto que nos aponta a premência de intervenções para a melhoria das condições de habitação, do acesso a serviços de saúde, da qualidade de ensino, de rede de transportes, da equidade de acesso a espaços públicos e a equipamentos culturais.

O programa BIP/ZIP contém como objetivos específicos:

- Fomentar a cidadania activa, a capacidade de auto-organização e a procura colectiva de soluções, através da participação da população na melhoria das suas condições de vida;*
- Contribuir para uma imagem positiva destes espaços, por forma a permitir e reforçar a sua integração harmoniosa na cidade, sem discriminações no acesso aos bens e serviços a todos são devidos;*
- Criar um clima favorável ao empreendedorismo e à capacidade de iniciativa local.*

Este programa tem sido um importante instrumento de desenvolvimento local, como provam os inúmeros projetos que já apoiou e os resultados obtidos não só no que respeita à capacitação das organizações e de fomento de parcerias locais²⁸ como também de estímulo da participação dos cidadãos na criação de emprego, formação, inclusão e prevenção de grupos mais frágeis (intervenção

²⁵ Programa BIP/ZIP de Lisboa disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=273000,062> – Consultado a 31/05/2016.

²⁶ Anexo II – Carta BIP/ZIP – Revisão de 2010.

²⁷ 20-Sete Céus, 22-Alta de Lisboa Sul, 25-Cruz Vermelha, 26-Pedro Queiróz Pereira, 66-Charneca do Lumiar, 67-Alta de Lisboa Centro.

²⁸ As ações incrementadas através deste programa só se tornaram possíveis através do estabelecimento de parcerias, sejam elas entre juntas de freguesia, associações locais ou entidades privadas, sendo as mesmas fomentadas com o intuito de criar equipas multidisciplinares e de cooperação na intervenção no território.

junto dos mais jovens até aos mais idosos), na reabilitação e no empreendedorismo.

O programa ambiciona uma visão comum de futuro através de uma construção partilhada de território e de comunidade. Desenvolver uma visão centrada na implantação de base comunitária, envolvendo as populações, auscultando as suas necessidades e agindo com vista a apoiar a melhoria da integração e coesão destes Bairros e Zonas com a restante Cidade.

Podemos encontrar uma visão semelhante em João Ferrão quando refere que:

“ (...) a emergência e multiplicação de formas de governança surgem como uma solução que procura superar a rigidez e burocratização próprias do estado weberiano moderno, consideradas incompatíveis com contextos institucionais, sociais e económicos cada vez mais complexos e imprevisíveis; o objetivo dos defensores desta perspetiva é alargar a base social dos processos de tomada de decisão pública, através do envolvimento de atores, individuais e coletivos, com informação, conhecimentos, preferências e interesses diversificados, visando captar a multiplicidade de visões existentes, aumentar a adequação das decisões públicas a essa multiplicidade e, por essa via, melhorar os processos de tomada de decisão e a sua aceitação social.” (Ferrão, 2013:262)

Neste sentido, a AVAAL motivada pelas questões do reforço da coesão socio-territorial através do envolvimento da comunidade local na recuperação e manutenção de espaços públicos urbanos, defesa e valorização ambiental e educação ambiental, tem desenvolvido, ao longo dos anos, candidaturas a este programa. Ao longo do ano de 2015 foram elaborados três projetos passíveis de serem candidaturas ao *Programa BIP/ZIP* contudo só o projeto “*JardinARTe*” se traduziu numa candidatura efetiva.

3.2 Candidaturas Elaboradas

3.2.1 Projeto *JardinARTe*

O projeto “*JardinARTe*”²⁹ surge da reestruturação de um projeto já existente, em arquivo, intitulado “*Mediadores Verdes*”. Esta candidatura promovida pela AVAAL, teve como co-promotora a Junta de Freguesia do Lumiar, que ao longo dos anos tem mostrado vontade e abertura em envolver associações locais na manutenção do espaço público, reforçada pela alteração de competências na manutenção destes espaços para as Juntas de Freguesia. Como parceiros formativos estabeleceram-se parcerias com o Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ISU) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Acreditamos que a qualidade do espaço público, local de reunião e partilha, é fundamental para o incremento do sentimento de pertença e de identidade com o local onde habitamos, bem como influencia a nossa qualidade de vida.

Neste sentido, o projeto consistia em fomentar a participação dos residentes da Alta de Lisboa em intervenções nos espaços públicos abertos, contíguos aos seus lotes de habitação. Para tal, era fundamental identificar e criar um núcleo de pessoas motivadas em melhorar a qualidade de vida no seu bairro, bem como identificar áreas prioritárias a requalificar.

Sendo a formação uma ferramenta imprescindível para a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências, seria proporcionada uma formação em jardinagem, com formadores qualificados e certificada pelo IEFP, para participantes previamente selecionados em situação de desemprego e residentes na Alta de Lisboa. Nesta formação seriam abordados conteúdos sobre: vegetação, instalação e manutenção de sistemas de rega, técnicas de poda, manuseamento de equipamentos de jardinagem, entre outros conhecimentos essenciais à construção e manutenção de um jardim. Além desta formação teriam oportunidade de aumentar as suas competências pessoais através de uma formação em *soft skills*, dada e certificada pelo ISU, permitindo dar a conhecer técnicas de procura ativa de emprego e formas de autopromoção profissional.

²⁹ Anexo III – Candidatura nº 079 de 2015.

Posteriormente, os conhecimentos adquiridos seriam postos em prática nas intervenções e manutenções dos espaços identificados para requalificação. Estas intervenções de proximidade seriam um complemento às já realizadas pelas entidades competentes e um exemplo de mobilização da população na manutenção do espaço público.

Pretendíamos que este projeto pudesse ser não só um exemplo de responsabilidade cívica como também, ser uma, das muitas respostas possíveis, ao desemprego e à falta de ocupação de alguns dos residentes da Alta de Lisboa. Neste sentido, e terminadas as requalificações dos espaços identificados, seria criada uma bolsa de serviços de jardinagem, disponível a preços competitivos, bem como pacotes de ações de sensibilização sobre ecologia cívica.

Nesta edição de 2015, embora a candidatura do *JardinARTe* tenha ficado fora da dotação financeira disponível pelo programa, foi-nos possível constatar que o mesmo teve uma avaliação bastante positiva, que nos permite ter uma perspetiva positiva numa possível recandidatura do projeto, noutra edição.

Além deste projeto, foram elaborados outros dois que, por diversas questões, não permitiram em tempo útil serem submetidos.

Contudo achamos que pelo trabalho desenvolvido torna-se pertinente mencioná-los também aqui.

3.2.2 Projeto Horta d'Augusta

O projeto *Horta d'Augusta* surge após um contacto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que manifestou inicialmente interesse em que a AVAAL dinamizasse uma palestra no âmbito da sustentabilidade³⁰, depressa passou a uma intenção de desenvolver um projeto conjunto.

A *Horta d'Augusta* é uma readaptação do *Projeto Augusta*, anteriormente desenvolvido, e pretendia estabelecer, através da agricultura urbana, uma relação intergeracional entre crianças e seniores, num objetivo comum, o de desenvolverem uma horta sustentável.

³⁰ *Vidé infra* p.68

Este objetivo é proposto em duas vertentes que se interligam: a valorização ambiental e a aprendizagem contínua e partilhada. Pretendia-se que crianças e idosos realizassem, em trabalho de equipa, uma horta portátil e uma horta urbana, sendo a primeira semeada e plantada em conjunto e posteriormente mantida pela criança na sua habitação, promovendo o envolvimento do seu agregado familiar nessa atividade, e a uma horta urbana desenvolvida e cuidada por ambos ao longo do projeto, em cada equipamento.

Tendo por base uma forte componente de coesão social e intergeracional, este projeto pretendia promover relações próximas e duradouras, entre crianças e idosos, desde logo com a criação da horta portátil, até às atividades complementares baseadas sempre na temática da agricultura urbana.

Ao longo do projeto seriam ainda proporcionadas visitas ao *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*, onde os hortelões teriam a possibilidade não só de dar a conhecer um pouco da sua experiência enquanto agricultores urbanos, como também poderem ser mentores do projeto, apoiando algumas das atividades desenvolvidas nos equipamentos da SCML.

3.2.3 Projeto Meu Bairro, Minha Horta

O projeto “*Meu Bairro, Minha Horta*” surge após o desafio, por parte da Junta de Freguesia de Santa Clara³¹, de dinamizar as hortas comunitárias do Parque Urbano do Reguengo³². Este projeto seria desenvolvido em co-promoção com a Junta de Freguesia de Santa Clara, que daria todo o apoio logístico e financeiro necessário à requalificação do Parque do Reguengo, e ainda em parceria com um clube local, o Clube Desportivo do Reguengo que seria um importante dinamizador local.

³¹ Localizada no topo norte de Lisboa, a Freguesia de Santa Clara, antiga zona “saloia” da cidade de Lisboa, teve um carácter predominantemente rural até à ocupação clandestina nos anos 60, por migrantes vindos do interior no País e das antigas colónias portuguesas. Contudo ainda é notória a presença de padrões de vida ligados ao campo através do aproveitamento dos solos para uma agricultura de subsistência, ainda que decorrente de forma clandestina.

³² Inaugurado em 2014, o Parque Urbano do Reguengo, embora dotado das condições necessárias ao funcionamento de hortas comunitárias, apresentava alguns sinais de vandalismo decorrentes da ausência de atividade naquele espaço.

O ponto de partida deste projeto seria a requalificação e operacionalização do Parque Urbano do Reguengo com a atribuição de 20 lotes de terreno, a moradores locais em situação de carência económica, integrando-os assim num projeto agrícola que pudesse contribuir para a economia familiar. Além do apoio dado a estes 20 utilizadores haveriam ainda formações em agricultura sustentável abertos a toda a comunidade.

Paralelamente seria realizado um levantamento e estudo de áreas potenciais à criação de espaços de produção agrícola na freguesia, fomentando assim a criação de uma rede de contínua de produção em meio urbano³³.

Como já mencionado o BIP/ZIP potencia as parcerias locais na realização de projetos em Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária. Neste sentido embora tenha elaborado as três candidaturas *supra* mencionadas, a ausência de qualquer experiência neste âmbito levou-me a pedir apoio a outras associações, com mais conhecimento nesta área. De entre elas, pude contar com o apoio da associação *Clip Recursos e Desenvolvimento*, que foi essencial não só na fundamentação e organização dos projetos, como também na elaboração dos respetivos orçamentos.

³³ Sobre este tema veja-se: "A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões" de MATOS:2011.

4. Urban Market da Alta de Lisboa

O anteriormente apresentado projeto *Urban Market da Alta de Lisboa*, desde 2013 que não só passou a ser um marco para a população local como também tem ganho, paulatinamente, o seu espaço na agenda dos mercados tradicionais da cidade de Lisboa.

Ao longo de 2015, o *Urban Market* teve alguns obstáculos à sua realização, tendo em conta que é um mercado ao ar livre e que nem sempre as condições climáticas se mostram favoráveis, levou a que houvesse uma reestruturação no seu funcionamento. A sua periodicidade foi alterada, passando de duas vezes por mês: uma no Parque Oeste e outra na Quinta das Conchas, realizando-se no segundo sábado de cada mês, apenas no Parque da Quinta das Conchas.

Esta alteração de local baseou-se no histórico de afluências aos mercados num e noutro local, onde constatámos que o investimento monetário e de tempo dos feirantes não estava a ter o retorno desejado no Parque Oeste, devido à fraca afluência de visitantes.

Em meados de 2015, o projeto deixou de ser financiado pelo programa BIP/ZIP entrando em fase de autonomia e autogestão.

Até à abertura do Parque Agrícola, a participação da AVAAL consistiu essencialmente no apoio logístico e na divulgação da associação nos dias de mercado, onde tínhamos a oportunidade de dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela associação. Posteriormente, já com o Parque em funcionamento, pude não só continuar com o trabalho de divulgação da associação, como também participar nos mercados com a venda de produtos hortícolas biológicos produzidos no PAAL. A montante, dos dias de mercado, houve a necessidade de sensibilizar os hortelões para este projeto e para a importância do Parque se fazer representar com produtos por eles produzidos. A cada manhã de mercado eram feitas as colheitas dos produtos para que fossem o mais frescos possível para o mercado.



Fig.51 – Banca de Venda AVAAL

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.52 – Banca de Venda AVAAL

| Fonte: Arquivo AVAAL

A quantidade de produtos à venda era residual em função do pouco tempo de funcionamento do Parque, contudo a sua qualidade era algo admirado por todos os fregueses que em pouco tempo nos esvaziavam a banca. Durante algumas vendas tivemos a oportunidade de contar com a presença de hortelões do PAAL, que além de venderem os produtos por eles produzidos, divulgavam o projeto das hortas comunitárias da Alta de Lisboa, ainda desconhecido de muitos.

5. Serviço de Apoio Técnico

Na Alta de Lisboa, a habitação de venda-livre organiza-se em condomínios privados contendo no seu interior pátios/jardins murados que requerem uma manutenção regular.

Partindo desse diagnóstico, a AVAAL desenvolveu um serviço de manutenção de jardins privados que pretende ser um micro negócio social, envolvendo moradores locais e capacitando-os tecnicamente para tarefas de jardinagem.

As receitas destes serviços são por um lado um importante complemento ao orçamento familiar de cada colaborador, bem como uma forma de gerar fundos que contribuem para a sustentabilidade financeira da associação.

No início deste estágio, a AVAAL tinha a seu cargo a manutenção de apenas um condomínio, posteriormente, por vontade da empresa de gestão de condomínios, tive a oportunidade de renegociar os contratos de prestação deste serviço, duplicando os espaços a manter e aumentando o valor por intervenção, num compromisso de prestação de um serviço de qualidade.

As minhas intervenções prendiam-se essencialmente com a calendarização e planificação dos trabalhos e o acompanhamento ao jardineiro durante os mesmos, permitindo uma orientação técnica adaptada a cada situação. Foram elaborados relatórios do estado de conservação de ambos os jardins bem como discriminadas as intervenções necessárias a desenvolver.

Os trabalhos de manutenção prendiam-se com o controlo de infestantes nas juntas das lajes de pavimento, corte dos relvados, manutenção de canteiros, poda de sebes, substituição de aspersores e afinação dos ângulos de rega, bem como a regulação dos tempos de rega.



Fig.53 – Abate de Palmeira

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.54 – Manutenção de Canteiros

| Fonte: Arquivo AVAAL

Já no final do ano 2015 tivemos a solicitação por parte de outra empresa local de gestão de condomínios para a realização de quatro projetos de arquitetura paisagista que foram posteriormente a este estágio executados.

Estes serviços permitiram-me colocar em prática os conhecimentos técnicos adquiridos em meio académico, explorando não só a área de projeto como as fases que lhe sucedem de execução e manutenção. Para isso foram fundamentais as disciplinas práticas de vegetação, técnicas de construção com vegetação e materiais que nos dão um contexto prático da execução deste tipo de trabalhos.

6. Associativismo Local

6.1 Enquadramento

Para um mesmo problema as soluções podem ser diversas. As estratégias de inclusão social mostram-nos que são múltiplas e multidisciplinares as áreas de investimento a abranger, num contexto plural “ (...) *de agentes e recursos a mobilizar. Trata-se de uma realidade cujos desafios justificam intervenções persistentes de médio e longo prazo, com propósitos que se reconfiguram à medida das dinâmicas de mudança que os fenómenos de pobreza e exclusão social vêm comportando*” (PNAI, 2006:33).

Durante a década de 80, a participação cívica organizada em grupos comunitários toma uma maior projeção com a luta por melhores condições de inclusão e de espaço público, numa abordagem próxima, consciente e adaptada a cada realidade.

“Os grupos comunitários servem, precisamente, para dar voz e organização às comunidades, numa perspectiva participativa, onde os sujeitos devem intervir activamente sobre as medidas locais intrínsecas ao seu bairro, num clima de liberdade, participação e cidadania activa”

(ANTUNES, 2015:139)

Estes grupos comunitários surgem assim, como uma resposta popular organizada e focada nos problemas locais, ao que João Ferrão considera uma forma “ (...) *de governança metropolitana lideradas pelas comunidades locais*” correspondendo “ (...) *a movimentos cívicos de cidade ou a movimentos e associações de bairro organizados em rede, podendo envolver, ou não, os níveis inferiores da administração municipal*” (FERRÃO, 2013:269).

No panorama internacional tem-se constatado que “ (...) *sobretudo nas sociedades democráticas, os grupos comunitários e as associações de acção local têm contribuído de forma importante para o desenvolvimento social, cultural e económico das comunidades. As abordagens multifacetadas afectam positivamente não só os habitantes dos bairros degradados, como beneficiam indirectamente toda a cidade*” (ANTUNES, 2015:141).

Tanto Antunes como Ferrão vêm, pois, evidenciar a relevância do trabalho coletivo de proximidade, de vizinhança, funcionando como um exemplo para bairros com características socioeconómica similares, onde os seus habitantes, como a parte mais interessada, são também aqueles que devem defender e lutar de forma pró-ativa contra estigmas fixados e pela reabsorção dos seus bairros nas cidades.

“Os grupos comunitários exigem, assim, empenho social na promoção de iniciativas cívicas e a criação de assembleias que proporcionem um contacto com a realidade dos bairros. O movimento associativo local assume-se como importantíssimo na defesa do território, criando grupos de pressão capazes de trabalhar positivamente com as entidades locais oficiais”.

(ANTUNES, 2015:140)

No último meio século, a Alta de Lisboa tem assistido ao surgimento cada vez mais presente de grupos locais que se organizam “ (...) *em torno de valências multidisciplinares, potenciando uma abordagem integral e diversificada do território*” (ANTUNES, 2015:238).

Neste sentido pretendemos dar a conhecer o trabalho desenvolvido ao longo do estágio no que respeita ao associativismo local.

6.2 Grupo Comunitário da Alta de Lisboa



O Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL) corresponde a um conjunto de “ (...) *diferentes organizações (IPSS, ONG’s, Associações, Empresas e Entidades Públicas) que desenvolvem actividades, da mais diversa natureza (Saúde, Educação, Emprego, Segurança, Ambiente, Juventude, Desporto, etc) no território da Alta de Lisboa*”³⁴

³⁴ Disponível em: <https://grupocomunitarioalta.wordpress.com/quem-somos/> – Consultado a: 17/08/2016.

A constituição do GCAL remonta ao ano de 2005 quando um grupo de parceiros retomam algumas dinâmicas anteriormente desenvolvidas no Bairro da Cruz Vermelha. Este grupo surge “ (...) *da necessidade, identificada pelos atores/organizações locais de criar uma nova dinâmica no território da Alta de Lisboa no pós-realojamento, capaz de promover uma melhor articulação e funcionamento interinstitucional, de adotar estratégias comuns e potenciar recursos na tentativa de melhor servir a comunidade local*”.³⁵

Oficialmente formalizado em 2007 enquanto GCAL, é caracterizado pela diversidade e heterogeneidade de entidades que o compõe e procura “ (...) *atuar de forma mais aprofundada e integrada, com base num plano de trabalho conjunto e para que a intervenção se traduza em benefícios reais para o território*”.³⁶ Assim, nesta troca enriquecedora de conhecimentos e recursos, o GCAL potencia uma aprendizagem conjunta sobre as dinâmicas do território da Alta de Lisboa, permitindo a cada entidade orientar, de forma concertada, o seu foco de intervenção.

O GCAL reúne em *Fórum Alargado*, órgão máximo e deliberativo do grupo, uma vez por mês, rotativamente nas diferentes instituições que o compõem.

O trabalho desenvolvido no GCAL, ao longo do estágio, prendeu-se com a participação nos *Fóruns Alargados*, em representação da AVAAL, onde foram feitos diagnósticos e discutidos planos estratégicos de intervenção e desenvolvimento local da Alta de Lisboa. De forma a encontrar respostas concertadas e adaptadas às necessidades locais, foram criados grupos de trabalho, onde cada parceiro integra o grupo que mais se adequava ao trabalho que desenvolve.

³⁵Disponível em: <https://grupocomunitarioalta.wordpress.com/quem-somos/> – Consultado a: 17/08/2016.

³⁶ Disponível em: <https://grupocomunitarioalta.wordpress.com/quem-somos/> – Consultado a: 17/08/2016.



Fig.55 – Reunião Fórum GCAL

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.56 – Reunião Fórum GCAL

| Fonte: Arquivo AVAAL

Inicialmente, a AVAAL integrava o grupo de trabalho da *Empregabilidade*, mais tarde, por considerarmos sermos mais úteis pelo trabalho que desenvolvemos, não só no Parque Agrícola como também anteriormente em escolas e condomínios, integrámos posteriormente o grupo de trabalho do *Espaço Público*.

6.3 Clip Recursos e Desenvolvimento



Fundado em 2012, o *CLIP – Recursos e Desenvolvimento*³⁷ é uma associação que desenvolve o seu trabalho em torno do *empowerment* participado, de indivíduos, grupos e associações que promovem o desenvolvimento local. É atualmente constituído por um conjunto de 82 associados – entidades públicas, privadas e indivíduos da sociedade civil – e centra a sua atividade na Alta de Lisboa. Contudo, ao longo dos anos tem vindo a desenvolver um conjunto de valências que lhe permitem uma maior abrangência de intervenção territorial podendo as suas ações estender-se a toda a cidade.

³⁷ Disponível em: <https://cliprd.wordpress.com/about/> – Consultado a 25/07/2016.

Através de uma lógica cooperativa, de troca e de economia da partilha, o CLIP procura responder por um lado aos interesses específicos de cada associado, adaptando formações, apoiando candidaturas a linhas de financiamento e fomentando o encontro de associações de base local e por outro, desenvolveu uma estratégia de baixo investimento que procura rentabilizar os recursos existentes de cada associado e colocá-los ao serviço de todos, numa rede de partilha, conseguindo minimizar o capital investido por cada indivíduo ou associação no desenvolvimento das suas atividades, estreitar parcerias e fomentar laços de proximidade.

Além destas valências o CLIP contempla no seu espaço: áreas de *Co-Work*, um *Ciber Café* e uma Biblioteca, disponíveis aos seus associados. Desenvolve programas de formação, protocolos de compras, promove um consultório fiscal e ainda desenvolveu uma plataforma *online*, acessível a todos os associados, que visa a mobilização e a partilha de recursos.

O CLIP reúne quinzenalmente em *Reunião Alargada*, aberta a todos os associados, onde se dá a conhecer o trabalho desenvolvido pela associação através dos seus diversos grupos de trabalho, bem como de novidades de formações, candidaturas entre outros.

Ao longo do período de estágio, a minha participação no CLIP visou fundamentalmente a representação da AVAAL, enquanto associado coletivo, quer nas reuniões de Direção Alargada, participando ativamente nas decisões que eram tomadas, quer na participação no grupo de trabalho de *Angariação de Fundos* que teve como objetivo a organização de uma quermesse de angariação de fundos para as associações locais. Além da participação nestas reuniões pude, enquanto representante da AVAAL, usufruir de apoio na elaboração de candidaturas a linhas de financiamento, bem como do consultório fiscal que consistia no apoio à organização da contabilidade e dos assuntos fiscais da associação.



Fig.57 – VI Encontro de Associações de Base Local
| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.58 – Quermesse de Angariação de Fundos
| Fonte: Arquivo AVAAL

Tive ainda a oportunidade de participar no *VI Encontro de Associações de Base Local* e de frequentar formações e *workshops* de capacitação, tais como:

- Utilidade Pública: apresentado pela associação *Renovar a Mouraria*, que explicou os procedimentos necessários e as vantagens de ver reconhecido este estatuto.
- Partilha de Recursos: teve como objetivo mostrar o funcionamento da Plataforma *online* de *Partilha de Recursos* disponível pelo CLIP;
- "*Como Mobilizar Empresas para Projectos Sociais?*": pretendeu não só orientar os passos necessários para a estruturação de um projeto (social), bem como desenvolver estratégias de abordagem a empresas com vista ao estabelecimento de parcerias na concretização desse projeto.



Fig.59 – Apoio na Elaboração de Candidaturas
| Fonte: Arquivo AVAAL

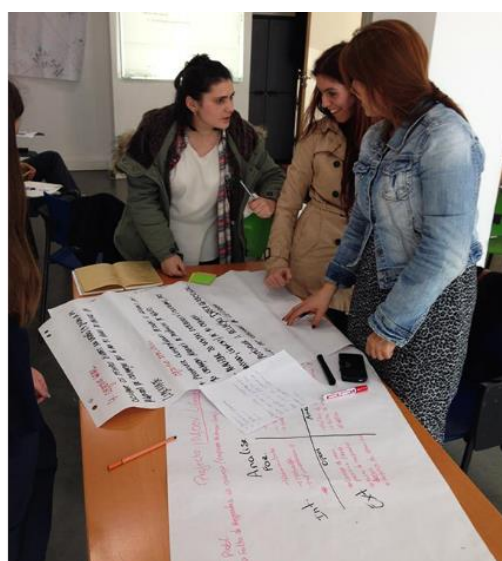


Fig.60 – "*Como Mobilizar Empresas para Projectos Sociais?*" | Fonte: Arquivo Clip RD

7. Gestão Corrente Associativa

- Gestão Administrativa

Reconhecendo os desafios que o associativismo acarreta, no que concerne à gestão de recursos económicos e técnicos, foi sem surpresa que vi a minha participação ir para além das tarefas inicialmente propostas.

Ao longo do período de estágio fui responsável por toda a organização burocrática da associação, realizando as mais diversas tarefas, tais como: gestão do correio eletrónico, recebimento de quotas, emissão de faturas, efetuar pagamentos, organizar e processar todos os registos contabilísticos, elaboração do plano anual de atividades e respetivos relatórios, envio de cartas, manutenção da organização do arquivo, preparação de documentação para reuniões e assembleias, elaboração de atas, aquisição de materiais de desgaste necessários ao funcionamento corrente da associação.

- Orientação de Estágios Curriculares

Para além das tarefas correntes e diárias *supra* mencionadas, tive ainda a oportunidade de orientar dois estágios curriculares que foram uma mais-valia para mim e para a associação.

O primeiro decorreu de junho a meados de julho, no qual recebemos uma jovem estagiária, a Eulasy Silva, que frequentava o 10º ano do curso de secretariado da Escola Secundária Fernando Namora. Primeiramente foi importante enquadrá-la do trabalho desenvolvido pela associação, bem como dar a conhecer o projeto do Parque Agrícola, para que pudesse entender a dinâmica de funcionamento da associação e melhor enquadrar o seu trabalho.

Ao longo de mês e meio constatei que o facto de ter alguém que me dava apoio, nas tarefas administrativas da associação me libertava espaço e tempo para me focar noutras questões que requeriam igualmente a minha atenção. Contudo foi necessário reorganizar o meu tempo em função das tarefas que a Eulasy tinha a realizar, de forma a conseguir acompanhá-la, não descurando todas as outras minhas tarefas.

O segundo estágio foi um pouco mais fácil de organizar pois sendo uma colega de Arquitetura Paisagista da Universidade de Évora falávamos a mesma “*linguagem*” tornando mais fácil a organização do trabalho.

Durante mês e meio a colega Inês Vintém desenvolveu um relatório de avaliação do estado de manutenção do Condomínio da Torre 15.3 e dos respetivos trabalhos a desenvolver, apoiou-me nas visitas ao PAAL, nas tarefas relacionadas com a preparação do dia de voluntariado em família, e desenvolveu ainda pesquisas temáticas de possíveis formações a serem realizadas no Parque Agrícola³⁸.

Estes dois estágios permitiram por um lado colocar os estagiários, ainda que em contextos diferentes, em contacto com um projeto pioneiro que é o PAAL e por outro lado dar-lhes a oportunidade de experienciar um pouco do que será a vida em contexto profissional.

- Imagem Institucional

Para além do esforço interno em manter o bom funcionamento da associação, constatei que a divulgação da associação poderia ser melhorada através da revisão da imagem institucional presente no *site*, no *facebook* e em *flyers*. De forma a rentabilizar os recursos à nossa disposição estabeleci alguns contactos com antigos colegas de Design, no qual uma colega, Yara Neves, prontamente se disponibilizou a colaborar na reestruturação da imagem da associação, a qual mais tarde eu também colaborei. Este trabalho permitiu melhorar significativamente a imagem e forma como a associação comunica.



Fig.61 – Site AVAAL – www.avaal.org

| Fonte: Arquivo AVAAL

³⁸ De notar o facto do arquiteto paisagista, pela sua formação holística, poder intervir a diversas escalas e de conseguir dar resposta a questões relacionadas com o seu âmbito de intervenção.



Como posso ajudar?

- △ Apoio técnico e logístico às nossas atividades;
- △ Doação de material de desgaste aos utentes da Horta Acessível;
- △ Doação de material de manutenção dos vários equipamentos da Horta Acessível;
- △ Se optar por contribuir com um donativo faça-nos chegar a informação desse apoio enviando o comprovativo para avaal.geral@gmail.com.

NIB: 0035 0074 0000 0452 3302 6

Como me posso inscrever?

- △ Se desejar ter um talhão na horta acessível basta enviar um e-mail para: avaal.geral@gmail.com que posteriormente contactaremos para proceder à inscrição.

Juntos podemos fazer a diferença



Morada
Rua Luís Piçarra, Nº 5B | 1750-101 Lisboa

Contato
Tlf: 21 826 75 85 | Tlm: 91 867 30 07

E-Mail
avaal.geral@gmail.com



A Horta Acessível é um espaço de horticultura terapêutica, concebido para cidadãos com necessidades especiais, físicas ou psíquicas, inaugurado a 24 de Maio de 2012.

Desenhada de acordo com os princípios e regras legais da mobilidade reduzida, é um exemplo inovador, pioneiro e replicável, com o qual se pretende resolver uma significativa carência de espaços de produção hortícola adaptada.

A Horta Acessível é parte integrante do Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL), uma iniciativa comunitária e cujo objetivo é a produção agrícola local de qualidade, contribuindo para a micro-economia, valorização ambiental e coesão social.



A horta é composta por talhões elevados ao nível da cintura de forma a poderem ser trabalhados tanto de pé como por pessoas em cadeiras de rodas. Os canteiros têm uma largura estreita permitindo ser facilmente alcançados com os braços bem como trabalhar a terra lateralmente.

Os corredores entre os canteiros são largos permitindo a passagem lado-a-lado de duas cadeiras de rodas, há ainda guias no pavimento para auxiliar pessoas invisuais. Os mais pequenos também terão um espaço com canteiros à sua medida para se tornarem em pequenos hortelões.

O espaço está equipado com dois depósitos de água, um contentor para a compostagem e um abrigo onde são guardados os utensílios de horta.



O projeto da Horta Acessível foi co-financiado pela Fundação EDP, ao abrigo do programa EDP Solidária 2011, e pela Zagope contando ainda com vários apoios do setor empresarial e público, como da Fundação Calouste Gulbenkian, Biodesign, Câmara de Lisboa, entre outros.



Fig.62 – Folheto AVAAL

| Fonte: Arquivo AVAAL

Para além das atividades e projetos propostos inicialmente, desenvolvi algumas ações paralelas que visaram sempre estreitar relações entre parceiros e/ou reforçar a posição da AVAAL no contexto onde se insere, das quais destaco:

- Palestra Sustentabilidade – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

A pedido da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), no dia 29 de Maio, realizei uma palestra/ ação de sensibilização subordinada ao tema da sustentabilidade ambiental. Promovida no âmbito do Projeto *Intercentros Sustentabilidade*, esta ação iniciou um projeto que colocaria utentes idosos e animadores, dos espaços da SCML, em contacto com a reutilização de materiais do dia-a-dia, através da realização de *workshops* de transformação desses materiais em artigos de artesanato.



Fig.63 – “Palestra Sustentabilidade”

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.64 – “Palestra Sustentabilidade”

| Fonte: Arquivo AVAAL

Primeiramente deu-se a conhecer aos presentes o âmbito de ação da associação bem como os projetos já desenvolvidos. Posteriormente, através de uma participação ativa foi possível definir conjuntamente alguns conceitos relacionados com os recursos renováveis e não renováveis, pegada ecológica, desenvolvimento sustentável, política dos 3 R's tendo havido tempo ainda para dar alguns exemplos de reutilização de materiais.

Embora num registo algo informal, esta ação serviu sobretudo de alerta aos presentes para o conceito de sustentabilidade, bem como refletir sobre a relação que estabelecemos diariamente entre os recursos que dispomos e a forma como os nossos impactes podem colocar, ou não, em causa o equilíbrio do ambiente que nos rodeia.



Fig.65 – “Palestra Sustent’habilidade”

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.66 – “Palestra Sustent’habilidade”

| Fonte: Arquivo AVAAL

Estiveram presentes nesta dinâmica cerca de 60 idosos, integrados em diversos equipamentos da SCML, tais como: Centro de Dia Santo Condestável, Centro Social da Sé, Centro de Dia Alto do Pina, Centro Social São Cristóvão e São Lourenço, Centro Dia São Bartolomeu do Beato, Centro de Dia Nossa Senhora do Socorro, Centro Dia Frei Miguel Contreiras e Centro de Dia Nossa Senhora dos Anjos.

- 6º Aniversário da AVAAL

No dia 26 de Setembro foi realizada a comemoração do 6º aniversário da AVAAL, que pela primeira vez pôde ser realizada no Parque Agrícola.

Para este dia fui incumbida de mobilizar os associados, parceiros e comunidade local em geral a estarem presentes, neste dia tão importante para a associação, bem como de organizar toda a logística necessária ao mesmo.

A tarde foi bastante animada com música, conversa e boa disposição, onde tivemos a presença de alguns associados e seus familiares que participaram no lanche partilhado.



Fig.67 – 6º Aniversário AVAAL

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.68 – 6º Aniversário AVAAL

| Fonte: Arquivo AVAAL



Fig.69 – 6º Aniversário AVAAL

| Fonte: Arquivo AVAAL

Consideramos essencial a existência destes momentos de reunião como forma de descontração entre hortelões e como oportunidade de encontro e partilha de experiências, que julgamos ser vital para uma convivência sã e como forma de atenuar os desafios que diariamente são enfrentados neste tipo de estruturas.

- Mercado das Tradições – Junta de Freguesia de Santa Clara

Pela primeira vez, a recém-criada Junta de Freguesia de Santa Clara organizou o *Mercado das Tradições* que decorreu durante todos os fins-de-semana do mês de Setembro no Jardim de Santa Clara. Neste espaço foi possível encontrar os mais variados artigos desde livros, pinturas, artesanato, bijuteria, produtos biológicos, entre outros, num ambiente também animado por várias iniciativas culturais.

A *Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa* participou em dois dos quatro fins-de-semana deste evento, onde foi possível dar a conhecer à população local um pouco mais o trabalho desenvolvido na comunidade, bem como forma de divulgação do Parque Agrícola que sendo um projeto recente é desconhecido por muitos. A meu cargo esteve a preparação de alguns materiais de divulgação como flyers informativos bem como fui responsável pela presença da AVAAL durante este evento.

A participação neste tipo de acontecimentos locais é fundamental para estreitar laços com entidades públicas e privadas locais, estabelecendo pontes para parcerias em futuros desafios conjuntos.



Fig.70 – Mercado das Tradições

| Fonte: Arquivo AVAAL

III – ENSAIO CRITICO

“Do que se Semeou ao que se Colheu...”

Consideramos que pela natureza do estágio — forte componente prática, tocando não só valências técnicas inerentes à profissão do arquiteto paisagista como também muito rico e desafiante nas áreas sociais — é importante desenvolver no presente relatório uma reflexão crítica sobre a experiência vivenciada.

Assim, após uma primeira parte marcadamente descritiva, onde se apresentaram as iniciativas desenvolvidas ao longo do período de estágio, passamos para um outro momento: uma reflexão crítica sobre a instituição de acolhimento deste estágio, bem como sobre o trabalho por nós desenvolvido.

No que se refere às instituições e estruturas abordaremos:

- a importância das associações de base local em contexto de bairros sociais;
- a importância deste modelo de gestão comunitária que é o Parque Agrícola;
- e procuraremos, ainda, apontar possíveis direções no sentido de valorizar a Associação e o Parque Agrícola no contexto onde estão inseridos.

Iniciaremos esta reflexão através do enquadramento histórico-social e urbanístico no qual se insere a Alta de Lisboa, posteriormente expomos aqueles que são, quanto a nós, os pontos forte e fracos da Associação e do Parque, de forma a conseguirmos entender o que poderá melhorar e o que deverá ser valorizado e potenciado.

1. Enquadramento Histórico | Social | Urbanístico

Em meados do século XX, reflexo do êxodo rural decorrente da mecanização dos processos de produção agrícola, assiste-se a uma migração massiva de população do interior de Portugal para as grandes urbes, Lisboa e Porto.

Os recém-chegados à cidade, com baixa qualificação e sem poder económico, mas com uma grande esperança em encontrar emprego no setor secundário ou terciário, acabavam por se ver empurrados para zonas limítrofes, onde os preços da habitação eram mais acessíveis. Ou, na impossibilidade de pagar renda, optavam pela construção precária das suas habitações, surgindo assim as primeiras grandes construções de bairros de barracas, como refere Teresa Barata Salgueiro:

“ (...) o êxodo rural convergiu principalmente nas duas principais cidades (Lisboa e Porto), onde era mais fácil encontrar emprego, mas escasseava nas mãos da iniciativa privada, que também controlava o mercado fundiário, de modo que as casas atingiram preços incontroláveis para uma larga faixa dos habitantes. Deste modo, muitos dos recém-chegados à cidade, com pequena qualificação escolar e profissional, são marginalizados da vida urbana e empurrados para fora da cidade, para periferias mais ou menos afastadas, ou para bairros de barracas ou de construções degradadas da área central” (SALGUEIRO, 1992:238).

A esta migração rural acresceu, a partir do final dos anos 70, a imigração decorrente do processo de descolonização e da guerra, que decorria nas ex-colónias portuguesas, constituída por uma população agora despojada de recursos e de perspectivas de vida. Este contexto social despoletou o alastramento de sucessivas construções precárias, que albergavam estas populações de poucos recursos.

À semelhança do que acontecia, um pouco por toda a periferia de Lisboa, a área considerada hoje como Alta de Lisboa, antigo Alto do Lumiar, era uma gigantesca concentração de bairros de barracas, sem condições de habitabilidade.

Situado na antiga zona “*salóia*”, onde predominavam as atividades agrícolas e pastoris, que abastecia a cidade de Lisboa de frescos³⁹. O território do Alto do Lumiar, integrado, no final do século XIX, no concelho de Lisboa, manteve um carácter marcadamente rural até às primeiras décadas do século XX.

Até meados do século XX, a matriz rural permaneceu, um pouco à semelhança da caracterização do espaço envolvente ao tecido urbano consolidado da cidade de Lisboa. Contudo, nas décadas de 60, 70 e 80, com a disseminação de vários bairros de habitações precárias, dá-se uma profunda alteração nesta. O Alto do Lumiar foi sendo gradualmente ocupado por famílias de escassos recursos em função do declínio das diversas quintas ocupadas anteriormente por famílias aristocratas e pela nova burguesia resultante da revolução liberal⁴⁰.

³⁹ Este carácter provinha-lhe do facto dos terrenos do Alto do Lumiar integrarem “ (...) a zona planáltica da cidade, sendo a sua morfologia vincadamente marcada por uma zona elevada, Monte de São Gonçalo, que desliza suavemente até às várzeas da Ameixoeira e do Lumiar” (CORREIA, 2013:8).

⁴⁰ SGAL. (2005) Alta de Lisboa: o presente e o futuro. Lisboa: Sociedade Gestora da Alta de Lisboa.

Num primeiro momento, a construção de barreiras antrópicas, como a Segunda Circular e o Aeroporto Internacional de Lisboa, segregaram este território deixando o Alto do Lumiar na sombra da cidade de Lisboa.

– Nos meados da década de 60, dá-se a construção de dois bairros temporários⁴¹: a Musgueira Sul e a Musgueira Norte, que se destinavam a absorver parte da população que havia sido, coercivamente, desalojada do vale de Alcântara, em resultado da construção da Ponte sobre o Tejo. A estas populações juntaram-se outras vindas de diversos pontos da cidade, afetadas por aluimentos de terras, inundações e incêndios, bem como populações oriundas de zonas rurais do interior do país.

– Posteriormente surgiram vários bairros⁴² de carácter informal habitados por famílias oriundas de ex-colónias portuguesas, famílias provenientes do interior do país, famílias de etnia cigana e de famílias oriundas dos *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*, que se distribuíram pelos bairros da Quinta das Calvanas, Sete Céus, ainda hoje, considerados como *Áreas Urbanas de Génese Ilegal* (AUGI), e pelos bairros, de estrutura espontânea, da Quinta Grande, Quinta do Louro e da Quinta do Pailepa (Fig. 71) (ANTUNES, 2015:152).

⁴¹ Esta construção dá-se em terrenos adquiridos, entre 1938 e 1945, pela Câmara Municipal de Lisboa, numa política iniciada pelo Eng.º Duarte Pacheco.

⁴² Durante este período, foi construído o bairro da Cruz Vermelha, numa iniciativa assistencialista articulada entre a Cruz Vermelha Portuguesa e a Câmara Municipal de Lisboa, que, num primeiro momento, visou o realojamento de famílias lesadas por um incêndio e posteriormente, a construção de novas habitações de assistência a famílias carenciadas (ANTUNES, 2015).



Fig.71 – Planta de Localização dos Antigos Bairros da Alta de Lisboa
| Fonte: ANTUNES,2015.

O que era provisório foi definitivo para muitos. Os bairros informais do Alto do Lumiar, espaços claramente segredados e à margem da cidade de Lisboa, mantinham a sua génese precária e insalubre na “ (...) *terra de ninguém* (...) *apresentavam baixos níveis de bem-estar, estabelecendo interações com vários domínios de exclusão. Poderá considerar-se que os bairros precários funcionavam como buracos de pobreza, locais de ideais para a assimilação da cultura de pobreza, pequena criminalidade e marginalidade*” (ANTUNES 2015:174).

– Desde a década de 60 vários foram os planos urbanísticos que tentaram, de alguma forma, resolver o drama dos *bairros de lata* do Alto do Lumiar, bem como dos que ocorriam um pouco por toda a cidade. Contudo, só com o surgimento de uma real preocupação, na redefinição do desenho da cidade e a definição de mecanismos efetivos de transformação social, foi possível realizarem-se os primeiros passos para essa mudança.

– Durante a década de 90 verificaram-se alterações ao quadro legal e estratégico do desenho da cidade. Criaram-se novos mecanismos de planeamento, tais como: o *Plano Estratégico de Lisboa* (1992), “ (...) *que incluía o Alto do Lumiar na chamada Coroa da Inovação*”⁴³, o *Programa Especial de Realojamento*⁴⁴ (PER) (1993) e o *Plano Diretor Municipal* (PDM) (1994) que ditava as linhas mestras para o desenvolvimento da cidade de Lisboa.

Contudo, para o Alto do Lumiar, já desde 1982, esse processo de transformação se havia iniciado através do estabelecimento de uma parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e uma entidade público-privada⁴⁵ (SGAL), que veio a conceber e operacionalizar o Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL)⁴⁶. Este plano só viria a ser aprovado, 15 anos mais tarde, em Junho de 1997. Com ele procurava-se concretizar o projeto, já esboçado no denominado *Programa de Recuperação de Áreas Degradadas do Alto do Lumiar* (PRADAL)⁴⁷, formalizando a sua implementação através das operações urbanísticas que defendiam não só a recuperação das áreas degradadas, como também as habitações destinadas ao realojamento das populações.

A alteração do modelo de financiamento do *Programa Especial de Realojamento* (PER), obrigou à revisão do Contrato Inominado⁴⁸ de 1984, entre a CML e a SGAL, bem como à redefinição da missão do PUAL “ (...) *que se alargou de operação de realojamento para a construção de uma nova área urbana de Lisboa, infra-estruturada, polivalenciada e de grande oferta de serviços e equipamentos*” (CANCELA, 2014:104).

⁴³ ANTUNES, 2015:185.

⁴⁴ Aprovado pelo *Decreto-Lei nº 163/93 de 07 de Maio*, o programa PER foi considerado como a política de habitação social de maior relevância para o realojamento.

⁴⁵ Decorrente da abertura de um concurso público internacional é estabelecida a parceria, em 1984, através da associação de diversas entidades numa Parceria Público Privada (PPP), tais como: *Guinor; Companhia de Desenvolvimento Imobiliário SGPS,SA; STD, SA (Macau); A.Silva e Silva, SGPS,SA.*

⁴⁶ Elaborado empresa espanhola i3 Consultores SA e coordenado pelo seu fundador o Arquiteto Eduardo Leira, quatro vezes premiado com o Prémio Nacional de Urbanismo de Espanha, autor do primeiro Plano Diretor Geral de Madrid (1985).

⁴⁷ *Programa de Recuperação de Áreas Degradadas do Alto do Lumiar* (PRADAL) elaborado no início da década de 80 foi oficialmente extinto em Assembleia Municipal de Lisboa a 16 de Junho de 1997.

⁴⁸ Sobre o processo de alteração do PUAL e do Contrato Inominado ver: ANTUNES, 2015.

O realojamento⁴⁹ da população dos antigos bairros de habitações precárias do Alto do Lumiar foi iniciado em 1998 após a publicação do PUAL e finalizado em 2007 (ANTUNES, 2015).

Este plano procurou dar uma resposta urbanística efetiva, não só respondendo às necessidades habitacionais, como tentando promover a sustentabilidade social através da *mistura social induzida*⁵⁰. Contudo, as populações passaram de uma vivência horizontal, próxima de vivência de bairro, onde as relações de proximidade e vizinhança eram sólidas até então, para uma vivência verticalizada que enfraquece os laços de vizinhança.

É irrefutável que se ganhou, em termos de condições de higiene, salubridade e de habitabilidade. Mas perdeu-se em termos afetivos e identitários, uma vez que se alteraram profundamente as rotinas quotidianas da população realojada⁵¹.

2.A Instituição

2.1 Enquadramento

A necessidade de mitigar o processo de aculturação que se instalou neste território determinou o desenvolvimento de associações de base local. Havendo já um longo percurso associativo na Alta de Lisboa, de cerca de meio século, atualmente encontra-se mais ativo e dinâmico procurando encontrar respostas multidisciplinares às necessidades do território. Tal como defende Antunes:

“ Mais do que esperar que as autoridades locais ou centrais façam o seu trabalho assistencialista e reparador, é necessário que os residentes dos bairros interajam proactivamente, orientando pequenas actividades que confluem para grandes mudanças. Os grupos comunitários do Alto do Lumiar têm servido fundamentalmente para dar voz às comunidades, uma perspectiva de participação e cidadania activa que possa exercer pressão para com as entidades do poder local” (ANTUNES, 2015:239).

⁴⁹ Sobre o processo de realojamento na Alta de Lisboa ver: ANTUNES,2015 e CARAPINHA, 2010.

⁵⁰ *Mistura Social Induzida* como uma aposta “ (...) na integração interclassista em proximidade geográfica (...) existência de habitação de cariz social e, paralelamente, habitações para venda-livre dirigidas a classes com maior poder económico” (ANTUNES,2015:209).

⁵¹ Sobre o sentimento de perda de identidade da comunidade, neste processo, ver: CARAPINHA,2010.

Neste sentido, os moradores, atores da fundação e operacionalização deste projeto, materializado na AVAAL, foram chamados a intervir e a serem os principais agentes de mudança, dando corpo ao que Bourgon⁵² defende como refere Ferrão:

“ (...) uma nova administração pública implica uma redefinição dos conceitos de cidadania e interesse público e uma alteração das práticas de conceção, implementação e articulação de políticas públicas. No que se refere à componente de cidadania, a autora afirma que os cidadãos não podem ser encarados apenas como entes individuais com existência legal, estando, por isso, protegidos, do ponto de vista da igualdade de direitos, e representados, em termos dos seus interesses, pelo estado. Uma visão ampla de cidadania implica, para além dessa importante dimensão legal, que os cidadãos sejam considerados como entes políticos, membros de comunidades sociais e políticas com direitos e responsabilidades (sublinhado nosso). Implica, ainda, que o papel do estado não se restrinja à representação dos interesses dos cidadãos, devendo ainda promover proactivamente a cidadania, o debate público e a integração pública” (FERRÃO, 2013:276).

2.2 Reflexão Crítica

Integrada numa comunidade débil e frágil, pelo processo de realojamento que ocorreu nesta área de Lisboa, a AVAAL tem tido, ao longo do tempo, um papel importante, no que se refere à dinamização de atividades de promoção ambiental, sustentabilidade e agricultura urbana, que potenciem a coesão social. É reconhecida, na comunidade, como uma entidade de relevância local, uma vez que, sempre tentou assumir uma posição de porta-voz de mudança, desenvolvendo as suas atividades com a participação ativa, de membros dessa mesma comunidade, estreitando laços de proximidade e fortalecendo a sua ligação à comunidade⁵³.

⁵² Jocelyne Bourgon, bióloga de formação, foi a primeira mulher a ser *Clerk of the Privy Council*. Neste momento é a responsável pelo *New Synthesis Project* que desenvolve novas perspetivas de pensamento sobre o papel do governo numa era pós-industrial.

⁵³ Indo de encontro à linha de pensamento defendida por Antunes, “ O movimento associativo local assume-se como importantíssimo na defesa do território, criando grupos de pressão capazes de trabalhar positivamente com as entidades locais oficiais” (ANTUNES, 2015:140).

2.2.1 Pontos Fortes

Podemos assim destacar que um dos pontos fortes da *Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa* é a sua forte presença local evidenciando um trabalho de extrema relevância com comunidade, na defesa das questões ambientais, do bem-comum, como forma de coesão social, através de um trabalho coletivo de proximidade, demonstrando resultados positivos no que se refere à superação dos estigmas sociais ainda presentes no território.

Este ponto forte não é, quanto a nós, retórico. É factual.

Durante a nossa experiência de estágio, vimos e vivenciamos essa ligação e relevância através do projeto Urban Market, da permanente ligação com as entidades gestoras dos condomínios privados, onde eram desenvolvidas manutenções e das atividades desenvolvidas no Parque Agrícola.

Ao longo do estágio constatámos através dos vários programas, anteriormente descritos, que quando se verifica o envolvimento da sociedade civil no processo de conceção e elaboração de um projeto (que responda às necessidades do maior número de cidadãos possível) há uma maior probabilidade de êxito da execução do mesmo.

2.2.2 Pontos Fracos

Ao longo do período de estágio foi possível identificar algumas fragilidades, tais como:

- A fraca visibilidade junto de possíveis entidades parceiras;
- Um plano de atividades bastante reduzido;
- Escassos recursos financeiros.

Assumindo todas estas condicionantes, acreditamos que as mesmas só são possíveis de ultrapassar, através de uma estrutura organizativa que possa garantir o bom funcionamento destas associações.

Neste sentido, sabendo que as associações se encontram maioritariamente dependentes de ações altruístas dos membros, importa distinguir os conceitos, muitas vezes confusos, entre ser-se voluntário ou voluntarista, no sentido em que o primeiro acarreta um peso ao nível do compromisso que é mantido, por um período relativamente contínuo, enquanto o segundo assume-se como um ato feito de forma esporádica e sem qualquer vínculo ou compromisso. Como defende Elza Chambel⁵⁴: *“Ser voluntário não é um acto meramente assistencial, realizado nas horas vagas, é cada vez mais, um exercício de solidariedade e de cidadania”* (CHAMBEL, 2009:2).

De facto o voluntariado é, em primeiro lugar, um ato de cunho pessoal, ligado à doação de tempo e esforço, a uma resposta interior, a uma inquietude, decorrente da tomada de consciência dos problemas sociais que nos rodeiam, levando a um compromisso pela defesa de uma causa⁵⁵.

A estrutura organizativa frágil é quanto a nós um dos pontos fracos que pode resultar: da ausência de tempo para desenvolver um trabalho permanente, pois falamos de trabalho desenvolvido em regime de voluntariado, falta de identificação com o projeto em determinado momento, ou mesmo pela ausência de voluntários que queiram desempenhar funções dirigentes.

Podemos associar também, a conjuntura decorrente da reestruturação dos órgãos sociais da AVAAL, cuja adaptação se prolongou durante algum tempo.

A estrutura organizativa, ainda que representada em organograma, apresenta, quanto a nós, disfunções ao nível do compromisso da associação para com a comunidade, que podem estar na base de um conjunto de questões, que consideramos fundamentais e que ainda não obtiveram resposta, tais como:

- Criação de uma Bolsa de *Stakeholders*;
- Manutenção de espaços públicos locais;
- Reconhecimento de Utilidade Pública da AVAAL;

⁵⁴ Antiga Presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

⁵⁵ *“Quando nos preocupamos com a sorte dos outros, quando nos mobilizamos por causas de interesse social, estamos a estabelecer laços de solidariedade e confiança mútua que nos protegem em tempo de crise, tornam a sociedade mais unida e fazem, de cada um de nós, um ser humano melhor”* (CHAMBEL, 2009:2).

- Promoção de atividades e serviços da associação;
- Organização de voluntariado de competências.

Este tipo de estruturas, pela sua escala e impacto local, necessitam que os seus órgãos dirigentes sejam presentes e fundamentalmente participativos, admitindo uma gestão voluntária quase profissional, de forma a ser possível a elaboração de uma estratégia a curto, médio e longo prazo que vise a sustentabilidade da associação, bem como o cumprimento das metas definidas na sua missão.

Pelo facto de ser uma associação sem fins lucrativos, gerar receitas próprias que garantam a sustentabilidade económica, e consequentemente a concretização da missão, torna-se um foco central do dia-a-dia. Este é um problema transversal à maioria das associações, onde os apoios são escassos ou inexistentes.

Assim, na maioria das vezes, estas estruturas organizativas tornam-se subsídio-dependentes: e por conseguinte na grande parte das vezes o seu financiamento decorre do sucesso das candidaturas. Esta circunstância dificulta e agudiza a contratação precária de recursos humanos interrompendo constantemente a gestão corrente da associação, comprometendo a evolução natural da mesma.

Neste ponto, assistimos durante o período de estágio, a uma ausência de novos projetos, pese embora as várias candidaturas a linhas de financiamentos, que efetuámos. Assim sendo, torna-se impreterível a existência de uma estratégia sólida e permanente, que permita à associação cumprir os seus compromissos em situações de escassez de recursos, quer financeiros quer humanos.

A associação, pela dimensão, pela importância local e pela credibilidade que tem vindo a solidificar, deverá desenvolver estratégias de intervenção com medidas a curto, médio e longo prazo que consigam ser permanentes no tempo e efetivas na sua operacionalização. Tais como as que enumerámos anteriormente possibilitando colocar o seu *know-how* ao serviço de outras instituições com missões semelhantes e daí retirar receitas próprias.

Concluimos assim que, em relação à *Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa*, há que fortalecer e manter os laços já estabelecidos na comunidade bem como delinear uma estratégia e gestão que seja efetiva e que tenha em si o compromisso de participação e dedicação efetiva dos seus órgãos estatutários, de forma a garantir a perenidade da mesma.

3. O projeto

3.1 Enquadramento

O Homem do futuro, do século XXI (...) não será rural nem urbano: será as duas coisas ao mesmo tempo sem as confundir.

Gonçalo Ribeiro Telles, 2013

O Plano de Urbanização do Alto do Lumiar originou, como já referimos, um dos maiores processos de realojamento ocorridos na cidade de Lisboa.

Este plano foi considerado vanguardista pelo desenho, pela escala e pelo objetivo social a que se propunha, provocando assim uma transformação profunda nas condições de vida daquela população, a qual viu os seus problemas de habitação minorados ou mesmo resolvidos.

O PUAL acautelou as variáveis necessárias no seu plano, de forma a potenciar a já mencionada “ (...) *mistura social induzida, promovendo o fortalecimento do tecido social através do convívio quotidiano num território que é comum a todos*” através do “ (...) *acesso aos serviços e equipamentos coletivos está assegurado, que existe uma rede de infra-estruturas e de transportes públicos que integre o bairro na cidade, que os espaços verdes, públicos e de lazer são pensados em atributos de qualidade, que a existência de usos variados, como o comércio e proximidade, é absolutamente fundamental, entre muitas outras dimensões que devem estar asseguradas para assim se garantir o direito à cidade e a justiça espacial* (ANTUNES, 2015:258).

O realojamento, não é *per se* a panaceia para todos os problemas sociais decorrentes destes contextos, tal como refere Ana Carapinha “ (...) *a atribuição de um alojamento, particularmente em edifício colectivo de habitação a famílias residentes nas áreas degradadas da cidade, não é a solução fundamental e suficiente para assegurar a adaptação a um novo quotidiano e a satisfação residencial*” (CARAPINHA, 2010:12).

Desta forma, ao longo do período de estágio, constatámos que os objetivos sociais de inclusão estavam, e estão ainda hoje, longe dos enunciados no programa do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar.

Ao contrário do que era expectável a projetada *miscigenação social* não se efetivou através da habitação. Uma vez que o desenho do plano não contemplou a presença de espaço aberto à escala de habitar, onde essa relação de partilha e troca fosse possível entre os diversos atores locais. Em vez de diversificar, potenciar e agregar as diferenças, o desenho do plano uniformizou, homogeneizou, desvalorizou e segregou a comunidade.

As relações de proximidade e vizinhança, anteriormente sólidas, transformaram-se num distanciamento recíproco entre os habitantes, o qual se agudizou com a promoção de habitação de venda-livre. Esta situação está bem explícita nas palavras de Antunes, quando refere que esta relação “ (...) *tem permanecido redutora e incipiente, em particular a realizada em contacto directo. (...) Poder-se-ia, pois, definir que na ausência de inclusão social, apenas existe um espaço parcialmente requalificado urbanisticamente, não tendo actualmente a proximidade geográfica correlação com proximidade social*” (ANTUNES, 2015:260).

Quanto a nós a socialização ocorre sobretudo no espaço aberto, pela confrontação com o outro e conosco mesmo, devido à partilha do mesmo tempo e espaço. Os espaços abertos são lugares – exploramos aqui a noção de lugar como *ser, estar, oportunidade, ocasião* – que potenciam ações de diversificação, potenciação e agregação das diferenças e têm a capacidade de sarar as cisões decorrentes de um realojamento pouco sensível a questões humanistas.

Da necessidade de dar resposta real à problemática, que o processo de realojamento desencadeou, surgiu o *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*. Com o objetivo de ser um dispositivo eficiente para a mitigação de alguns dos problemas sociais, anteriormente referidos, bem como dar corpo a uma estratégia de utilização dinâmica quer no ponto de vista ecológico, quer no plano social, económico e cultural de uma área inserida no contínuo da estrutura ecológica municipal.

3.2 Reflexão Crítica

3.2.1 Pontos Fortes

A reflexão crítica dos pontos fortes do projeto do *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* realizar-se-á a dois níveis:

– à escala da cidade, refletindo de que forma, através do retorno a uma atividade ancestral que é a agricultura, se consegue responder a um conjunto de valores e serviços ecológicos, socioeconómicos e culturais que contribuem para qualidade de vida e para a relação das estruturas urbanas e rurais na cidade de Lisboa, tal como Ribeiro Telles sublinhou ao afirmar: *“A importância dos agro-sistemas vernaculares na Estrutura Ecológica constitui hoje, a base institucional da Paisagem na cidade. Desconhecê-lo é perder-se a cidade do futuro, criando problemas ao próprio futuro das cidades”* (TELLES, 2003).

– à escala local, enquanto promotor da resolução de questões ligadas à inclusão social na Alta de Lisboa.

No que se refere ao primeiro ponto destaca-se como o Parque Agrícola da Alta de Lisboa concretizou a visão sistémica que deve estar presente em todas as decisões de planeamento, uma vez que: na contemporaneidade só soluções complexas poderão dar resposta a cenários complexos. Ou seja:

- O *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* não é só um Parque Agrícola;
- O *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* não é só um espaço de Agricultura Urbana;
- O *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* não é só um artificialismo que responde a um problema ecológico;
- O *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* não é só um dispositivo que procura resolver disfunções sociais;
- O *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* não é apenas uma fonte de rendimento;
- O *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* não é só um sítio de memória e de práticas ancestrais;

O *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* é tudo isto. É um todo numa relação íntima e complexa onde ecologia, economia, sociologia e cultura (memória) se fundem num sistema sócioecológico e emocional, retrato do que toda a paisagem deve ser.

Neste sentido, procurando responder a uma questão essencialmente ecológica, o *Parque Agrícola da Alta de Lisboa* surge como um lugar de oportunidades não só ecológicas, como económicas, sociais e culturais, como lugar de encontro e de inclusão social. Das quais consideramos:

– **Oportunidades ecológicas:** pois estando integrado num contínuo da estrutura ecológica municipal, devolve à cidade serviços ecológicos de melhoria da qualidade do solo, sequestro de carbono, infiltração das águas, manutenção da biodiversidade, regulação microclimática, entre outros. Para além destes, a crescente necessidade de reduzirmos a nossa pegada ecológica toma aqui sentido através da aproximação do produtor local ao consumidor final, diminuindo externalidades e aumentando a importância dos mercados locais;

– **Oportunidades sociais:** sendo um lugar de encontro, o parque potencia a sociabilidade e a quebra de estigmas através da partilha comum de espaço e recursos. Tal como vimos anteriormente, o parque sendo muito heterogéneo, na sua utilização, exige por um lado uma maior capacidade na mediação de conflitos, mas permite, por outro, a existência de uma riqueza de diversidade de formas de estar e de pensar, através das quais, pela sua confrontação, acabam por se tornar o veículo para quebra desses mesmos estigmas.

Tal como é referido por Pierre Donadieu, o parque, tal como um jardim, poderá ser entendido como “ (...) *um lugar de reconforto, de solidariedade e por vezes de formação profissional (jardineiros), o jardim transforma-se num instrumento das políticas públicas urbanas, para facilitar a reinserção social*” (DONADIEU, 2013:63).

Surgindo com a função de ser uma resposta primária – alimentação – a uma população economicamente desfavorecida, este é para além de um espaço de produção, um espaço que melhora a qualidade, segurança e diversidade da dieta alimentar dos seus utilizadores. Permite aproximar os sistemas naturais da população urbana trazendo benefícios para a saúde através de exercício físico e da redução do *stress*, potencia atividades terapêuticas a indivíduos com necessidades especiais, desenvolve a capacidade altruísta de ajudar descomprometidamente o outro, melhorando assim a qualidade de vida na comunidade através do contacto social.

Este é um espaço capaz de despertar um efeito emotivo pela aproximação que é estabelecida com os sistemas naturais, pela percepção do tempo na passagem das estações, e por imprimir em nós um sentimento de quietude contrastante com o quotidiano monótono, cinzento e caótico característico das grandes urbes.

– **Oportunidades económicas:** como forma de apoio à economia familiar, permitindo uma redução significativa nos gastos com alimentos frescos. Permite também estimular a economia local através da aproximação dos produtores aos consumidores finais através da realização de mercados locais.

O parque é ainda um espaço urbano aberto que requer, comparativamente a outras tipologias de espaço público, para a sua manutenção, recursos físicos e financeiros bastante mais reduzidos, que por exemplo um jardim.

– **Oportunidades Culturais:** enquanto espaço de recreio, torna-se importante no restabelecimento dos laços afetivos com a vivência rural, laços esses perdidos por força das migrações tenham elas sido internas ou externas. Este é um espaço de aprendizagem e educação, lugar de expressão cultural presente nas lavras características de cada ponto de origem dos hortelões.

Neste sentido, o Parque Agrícola devolve à cidade um espaço que privilegia a inclusão social através da prática agrícola, materializado numa infraestrutura de baixos custos de manutenção e com um grande potencial de retorno na vida económica das famílias que dele usufruem. Constitui assim, um importante dispositivo de operacionalização da Estrutura Ecológica Municipal.

Deste ponto de vista torna-se imperativo e vital o retorno da ruralidade à cidade, sustentada em factos históricos e culturais, pois foi a partir da agricultura que a cidade nasceu. O espaço urbano permaneceu ao longo da sua história ligado ao espaço rural logo a ruralidade faz parte da memória da cidade e da cultura das pessoas que nela vivem.

Aproximando agora a escala de análise surge a necessidade de entender em que medida o Parque Agrícola pôde ser o dispositivo que veio operacionalizar a intenção implícita no PUAL, a *mistura social induzida*.

A Alta de Lisboa é constituída por uma população com cerca de 32 000 habitantes, com uma elevada heterogeneidade social. Desde a sua construção até ao presente apresentou sempre problemas ao nível da coesão social, num território onde coabitam duas realidades distintas, os habitantes de realojamento e os de venda livre, que apesar de partilharem o mesmo território geográfico têm relações pouco próximas.

A presença do espaço aberto, desenhado no PUAL e anteriormente apresentado, não contemplou a escala do habitar, de vizinhança, e os espaços de proximidade existentes, os quais permanecem deficientes na sua função de potenciadores de sociabilidade. Cada prédio de venda livre tem o seu pátio interior, vedado, já junto aos lotes de realojamento há pátios semelhantes, abertos na sua estrutura e espírito vivencial.

Como anteriormente referida, a projetada *miscigenação social* não ocorreu através da resposta às necessidades habitacionais. O plano não agregou as diferenças através do espaço público, pelo contrário, segrega pela criação de espaços *condominizados* que afastam da convivência próxima os diferentes estratos sociais presentes na Alta de Lisboa.

A existência deste tipo de espaços acaba com a possibilidade de coexistência e poliformismo social, na medida em que, tal como refere Bauman:

“ (...) a *homogeneidade social do espaço, acentuada e reforçada pela segregação, reduz a capacidade de tolerar a diferença entre os habitantes das cidades e multiplica as ocasiões que podem dar origem a reacções mixofóbicas, o que aumenta os perigos da vida urbana, tornando-a mais carregada de ansiedade, em vez de mais agradável e fácil de viver*”
(ANTUNES 2015:96).

O Parque Agrícola veio a ser o local de encontro destas realidades onde as diferenças se esbatem através da partilha de espaço e recursos, uma vez que é um lugar onde não há diferenças e onde a linguagem da terra é universal.

Desde logo o critério de seleção passa apenas por um processo de inscrição limitado unicamente à ordem de chegada, não sendo os critérios de proximidade de residência ou de carência económica, fatores determinantes para a obtenção de um talhão.

Este fator é para nós bastante importante pois abre a toda a comunidade a oportunidade de praticar agricultura urbana, não se cingindo apenas a uma classe em específico. O regulamento interno do parque, elaborado e aprovado por todos, espelha a necessidade da responsabilização individual e coletiva na preservação e manutenção dos espaços atribuídos para a prática hortícola, bem como dos espaços de usufruto comum, aos quais é destinada uma hora mensal para a sua manutenção. Através de um voluntariado de competências foi possível colocar as diferentes profissões dos utentes do parque ao serviço do mesmo, permitindo economizar recursos financeiros e colocar em evidência as capacidades de cada um em prol do bem-comum.

Cada hortalão tem acesso a um ponto de água partilhado com outros 6/8 utilizadores, bem como de um abrigo de apoio e arrumação, o que obriga a que cada um mantenha o seu espaço organizado. Nem sempre esta partilha é feita de forma pacífica, contudo consideramos que estas dinâmicas são fundamentais para o amadurecimento do sentido cívico.

Outro fator que nos importa destacar é o envolvimento dos hortalões nas atividades que se realizam no parque, sejam elas visitas de estudo, ações de voluntariado ou festividades próprias da associação. Acreditamos que o envolvimento de todos como parte integrante do e no projeto, permite fortalecer o sentimento de identidade e pertença. Foi-me assim possível observar, ao longo do período de estágio, uma aproximação entre hortalões através da troca de conhecimentos e do estabelecimento de laços de vizinhança.

Como já referido, a génese do Parque Agrícola procurou sempre ser uma resposta ecológica a um problema social. Uma vez que a produção de alimentos aqui conseguida, apoia mais de 100 famílias e promove a troca de experiências e alicerça o sentido de consciência cívica. Este é um espaço que serve de incubadora a um modelo de inclusão social de grupos minoritários, promovendo efetivamente o *mixing social* no bairro que o plano de urbanização propôs mas, que não realizou.

Parece-nos assim claro e evidente que só um planeamento multidimensional e multidisciplinar poderá consubstanciar um desenvolvimento social sustentável, sendo para isso necessário olhar os territórios de forma sistémica.

3.2.2 Pontos Fracos

Sabendo que nem tudo são aspetos positivos, ao longo do período de estágio foi possível identificar algumas fragilidades que determinaram condicionalismos ao bom funcionamento do *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*.

O ato de projetar requer, em primeiro lugar, um espírito de análise esclarecido. Este é o primeiro passo para se iniciar o desenho de projeto. Não sendo possível fazer tábua rasa das pré-existências físicas e culturais, ou pelo menos assim deveria ser, cabe ao projetista a responsabilidade de analisar e processar toda a informação, em seu redor, e rebatê-la em desenho.

A análise deverá ser uma análise formal do lugar onde vamos intervir, decompondo a informação não só do contexto físico com também social, económico e cultural, e entendendo como as diferentes *layers* se relacionam. Essa análise deverá desde logo ser direcionada ao programa que lhe é proposto, determinando *à priori* a função destinada ao espaço e traduzindo essa informação em desenho.

No caso do Parque Agrícola coexistem as funções ecológicas, socioculturais e agrícolas, devendo todas elas estar expressas em desenho, pois é a partir deste que se consegue operacionalizar os objetivos do programa.

Conforme descrevemos anteriormente, foram vários os condicionalismos, que causaram entropia ao bom funcionamento do Parque Agrícola. De entre eles destacamos:

- **Morfologia do Terreno:** atendendo que o PAAL se desenvolve no terço superior de uma encosta, um dos aspetos fundamentais a acautelar teria sido o terraceamento do terreno. A existência de patamares, além da função de contenção de terras, iria permitir a criação de solo, salvaguardando-o da escorrência do fundo fértil, em períodos de elevada precipitação, e ainda o aumento da infiltração da água da chuva no solo.

- **Distribuição dos pontos de água:** sabendo que a água é um recurso limitante à prática agrícola, este teria sido outro dos aspetos fundamentais que orientariam o desenho de projeto. A definição dos pontos de abastecimento de água deveriam ter sido colocados a montante dos talhões, permitindo a todos os talhões uma rega por gravidade.

– **Escala:** a dimensão do parque enquanto espaço para a prática de agricultura urbana podemos considerar bastante generosa em relação a um espaço público na cidade. Contudo, o facto de este ser um projeto comunitário pioneiro, a sua utilização deveria ter sido mais modesta no número de hortelões a comportar. Deveria ter o carácter laboratorial que permitisse testar modelos de funcionamento adaptados à realidade dos objetivos a que o parque se propunha.

As condicionantes projetuais *supra* mencionadas exigiram, ao longo do período de estágio, um desgaste energético adicional à gestão do parque.

Assumindo e reconhecendo estas fragilidades, acreditamos que as mesmas só são possíveis de ultrapassar através de uma intervenção na estrutura projetual do parque, sendo a experiência já adquirida uma mais-valia para a materialização de uma resposta mais adaptada às necessidades.

Importa refletir sobre a necessidade do momento de projetar ser desenvolvido num tempo longo, e não fugaz e epidérmico como o tempo que caracteriza a sociedade contemporânea. É um tempo entendido de amadurecimento e solidificação de ideias, considerando todas as variáveis que determinam o lugar (sociais, culturais, ecológicas, económicas e urbanísticas) que consequentemente irão determinar o futuro lugar.

Reiteramos, independentemente das fragilidades aqui mencionadas, que este é um projeto de extrema relevância local e com elevado potencial de educação ambiental e cívica, objetivo pelo qual existe a *Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa*.

CONCLUSÃO

"As circunstâncias tanto são pessoas, como são factos, como são atitudes... eu vivo muito da circunstância, gosto de olhar para as coisas, gosto de sentir as pessoas, gosto de verificar a vida e isso é a minha circunstância..."

Gonçalo Ribeiro Telles, 2013

Quiseram as circunstâncias que eu viesse parar à Alta de Lisboa. Afinal, eu queria vir parar à Alta de Lisboa, mesmo que ainda não o soubesse!

Este relatório, que agora encerra o meu percurso académico em Arquitetura Paisagista, espelha a importância desta área disciplinar na intervenção de territórios urbanos social e ambientalmente debilitados.

Esta experiência de estágio em contexto profissional foi fundamental e enriquecedora para o amadurecimento das competências apreendidas em contexto universitário bem como permitiu despertar uma maior sensibilidade para a interpretação das questões sociais a que um projeto de intervenção em espaço público deve responder.

Os começos são sempre difíceis. Somos confrontados com os medos da inexperiência profissional, ultrapassáveis apenas com muito trabalho, persistência e o apoio fundamental dos que estão ao nosso redor, até à adaptação ao trabalho que vamos desenvolver.

Relacionar-me diariamente com pessoas muito diferentes e gerir conflitos nem sempre foi tarefa fácil, e embora já tivesse algumas noções de associativismo, pelo percurso académico que desenvolvi, este foi um novo mundo que pude experienciar pelo carácter social que lhe estava subjacente. A oportunidade de contactar com organizações não-governamentais (ONG) e associações de base local que prestam um apoio assistencial e próximo a estas comunidades mais frágeis fez-me entender os desafios pelos quais passam diariamente para conseguirem dar respostas efetivas às necessidades práticas das comunidades. Hoje, e futuramente, será cada vez mais necessário desenvolver programas e políticas de planeamento adaptadas às realidades sociais dos territórios, sendo este o grande desafio contemporâneo que se coloca aos profissionais que intervêm no planeamento. E não falamos só de arquitetos paisagistas, falamos de arquitetos, engenheiros, sociólogos, antropólogos, geógrafos, psicólogos, profissionais que direta ou indiretamente nos ajudam a interpretar as necessidades projetuais de determinado lugar.

CONCLUSÃO

Enquanto Arquitetos Paisagistas, despertados para olhar o que nos rodeia de forma integradora, somos obrigados a constantes exercícios reflexivos e críticos de forma a projetar não só de acordo com um programa mas também respeitando as gentes, os valores ecológicos, identitários e sociais.

Respeitando a paisagem.

Após esta experiência tão rica encontro-me mais desperta e sensível às questões humanistas, pela formação que me foi transmitida durante este ciclo de estudos, e que se foi apurando ao longo desta experiência *in loco* em territórios ditos “à *margem*”, onde qualquer intervenção assume um impacto efetivo na vivência da comunidade. O planeamento, enquanto reflexo das sociedades contemporâneas, deverá desenvolver-se partindo de um pensamento estratégico complexo, sistémico e inclusivo, respondendo aos desafios que nos são hoje impostos.

Metaforicamente falando este foi um percurso de semear e colher.

Semeiei:

... que pela visão holística em que a Arquitetura Paisagista se baseia é possível colaborar e entender as várias áreas que intervêm no território;

... que através da Agricultura Urbana não só é possível responder a uma questão alimentar como também encontrar respostas aos desafios ecológicos que os grandes centros urbanos atravessam, operacionalizando estes espaços com usos de recreio, proteção e produção;

Colhi:

... que pela exigência destes territórios, tratados muitas vezes como interstícios desterrados e indesejados das cidades temos, enquanto escultores da paisagem, de encontrar respostas plurais para os múltiplos desafios que estes lugares nos oferecem;

... que projetar, mais de que um ato de construção de um novo lugar, é uma interpretação do legado cultural de quem nele habita;

... que do encantamento à frustração de não conseguir encontrar soluções para todos os problemas é um passo muito curto mas essencial para o crescimento profissional mas também pessoal;
... que quanto maior for a participação e envolvimento local nos processos de mudança, maior será o seu êxito;
... que é possível fomentar ou inibir a coesão social através do desenho de espaço público.

Mas fundamentalmente colhi um sentido crítico, de constante questionamento, do que me rodeia, de procurar sempre outra perspectiva que pode ser explorada e considerada.

Procurando respostas e tendo cada vez mais perguntas.

Fazendo uma retrospectiva de todo o estágio consigo hoje entender que não me encontrava suficientemente preparada para os desafios que se foram colocando, contudo procurei sempre encontrar respostas que pudessem minimizar essas fragilidades.

Passados 11 meses do início deste desafio tenho ainda mais certezas/dúvidas de que estou no caminho certo.

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Gonçalo. (2015). *Da Musgueira à Alta de Lisboa - Recomposição Social e Urbana*. 1ª Edição, Chiado Editora. Lisboa;

BARRETO, António Vieira. (1998). *O Avanço da Metropolização do Território e a Intervenção do Arquitecto Paisagista na Arquitectura da Nova Paisagem*. Em: *A Construção e o Ordenamento da Paisagem*, Comunicações – 1º Congresso Nacional de Arquitectura Paisagista. Auditório da Lagoa Branca Tapada da Ajuda, Lisboa. 5 a 7 de Novembro de 1998, Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas. Pp: 26-28.

BOURGON, Jocelyne. (2007). *Responsive, responsible and respected government: towards a New Public Administration theory*. International Review of Administrative Sciences. IIAS, Vol. 73(1):7–26. SAGE Publications. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore;

CANCELA, Jorge. (2011). *Inserção da Agricultura Urbana em Estruturas Ecológicas. O Papel das Políticas Públicas*. Congresso Internacional sobre Agricultura Urbana e Sustentabilidade. Seixal;

CANCELA, Jorge. (2014). *A Agricultura Urbana na Operacionalização da Estrutura Ecológica Municipal – O Estudo de Caso do Parque Agrícola da Alta de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura – Universidade de Lisboa, Lisboa. 243 Pp.

CARAPINHA, Ana. (2010). *Influência do Processo de Realojamento na Percepção de Sentido de Comunidade e Apoio Social Percebido*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia – Universidade de Lisboa, Lisboa. 64 pp.

DONADIEU, Pierre. (2013). *A construção de paisagens urbanas poderá criar bens comuns?* Em: I. L. Cardoso (ed.), *Paisagem e Património*, Dafne Editora | CHAIA. Porto;

CHAMBEL, Elza. (2009, janeiro, fevereiro e março). *Voluntariado em Tempo de Crise. Boletim nº26 “Voluntariado, Hoje”*. Lisboa: Conselho Nacional Para a Promoção do Voluntariado. P2;

CORREIA, José. (2013). *Ordenamento do Território na Cidade de Lisboa - O caso da Alta de Lisboa*. Tese de Mestrado em Engenharia Civil. Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Lisboa. 119 pp;

CONCLUSÃO

ESPIRITO SANTO, Eugénio do. (1997). *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*. 1ª Edição, Edição de Autor. Lisboa;

FERRÃO, João. (2013) *Governança, Governo e Ordenamento do Território em Contextos Metropolitanos*. Em: A. Ferreira, A.C. Pinheiro da Silva, G.J. Marafon e J. Rua (eds.), *Metropolização do espaço – Gestão territorial e relações urbano-rurais*, Editora Consequência. Rio de Janeiro;

MATOS, Rute Sousa. (2011). *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões*. Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem. Instituto de Investigação e Formação Avançada – Universidade de Évora, Évora. 392 Pp.

PNAI. (2006). *Plano Nacional de Acção para a Inclusão – PNAI 2006-2008*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa;

SALGUEIRO, Teresa Barata. (1992). *A cidade em Portugal: uma Geografia Urbana*. Edições Afrontamento. Lisboa;

TELLES, Gonçalo Ribeiro. (1975). *Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem*. Em: E.P. Seara Nova, S.A.R.L (ed.) *Uns Comem os Figos...* . Seara Nova. Lisboa;

TELLES, Gonçalo Ribeiro. (1998). *O Arquitecto Paisagista e a Paisagem Cultural do Século XXI*. Em: *A Construção e o Ordenamento da Paisagem*, Comunicações – 1º Congresso Nacional de Arquitectura Paisagista. Auditório da Lagoa Branca Tapada da Ajuda, Lisboa. 5 a 7 de Novembro de 1998, Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas. Pp: 11-13.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. (2005). *A Utopia e os Pés na Terra*. Instituto Português de Museus. Lisboa;

TELLES, Gonçalo Ribeiro. (2011). *Paisagem Território*. Revista Arquitectura Paisagista - Junho a Dezembro de 2011. Pp: 28-31.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. (2013) *A Estrutura Ecológica da Cidade-Região* (ficheiro em vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sUra135oTc8>;

ANEXOS

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

